

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

ROSIMAR ROCHA PIRES DE OLIVEIRA

AS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS E O ENSINO DE HISTÓRIA:
UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE ALEGRE - ES A PARTIR DA LEI 10.639/03
E DAS CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade Unida de Vitória – 10/06/2020.

VITÓRIA

2020

ROSIMAR ROCHA PIRES DE OLIVEIRA

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade Unida de Vitória – 10/06/2020.

**AS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS E O ENSINO DE HISTÓRIA:
UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE ALEGRE - ES A PARTIR DA LEI 10.639/03
E DAS CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES**

Trabalho Final de
Mestrado Profissional
Para obtenção do grau de
Mestre em Ciências das Religiões
Faculdade Unida de Vitória
Programa de Pós-Graduação
Linha de pesquisa: Religião e Espaço Público

Orientador: Dr. David Mesquiati de Oliveira

Vitória – ES

2020

Oliveira, Rosimar Rocha Pires de

As religiões afro-brasileiras e o ensino de história / Um estudo no Município de Alegre - ES a partir da Lei 10.639/03 e das Ciências das Religiões / Rosimar Rocha Pires de Oliveira. -- Vitória: UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2020.

vi, 78 f. ; 31 cm.

Orientador: David Mesquiati de Oliveira

Dissertação (mestrado) – UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2020.

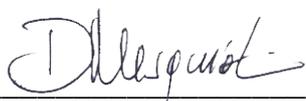
Referências bibliográficas: f. 72-78

1. Ciência da religião. 2. Religião e espaço público. 3. Religiões afro-brasileiras. 4. Lei 10.639/03. 5. Ensino de História. 6. Educação. - Tese.
- I. Rosimar Rocha Pires de Oliveira. II. Faculdade Unida de Vitória, 2020.
- III. Título.

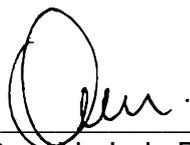
ROSIMAR ROCHA PIRES DE OLIVEIRA

AS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS E O ENSINO DE HISTÓRIA: UM ESTUDO
NO MUNICÍPIO DE ALEGRE - ES A PARTIR DA LEI 10.639/03 E DAS CIÊNCIAS
DAS RELIGIÕES

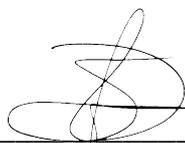
Dissertação para obtenção do grau
de Mestre em Ciências das
Religiões no Programa de Mestrado
Profissional em Ciências das
Religiões da Faculdade Unida de
Vitória.



Doutor David Mesquiati de Oliveira – UNIDA (presidente)



Doutor Osvaldo Luiz Ribeiro – UNIDA



Doutor Sergio Luiz Marlow – UFES

RESUMO

A pesquisa abordará alguns desafios na aplicabilidade da Lei 10.639/03 no município de Alegre - ES. Trata-se de uma Lei que propõe novas diretrizes curriculares para o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana. O objetivo da pesquisa é identificar e sugerir aos professores de História práticas pedagógicas que visem a efetivação da referida Lei com vistas a superação de preconceitos e discriminação de cunho racial e religioso pela via da educação. As perguntas que orientaram a pesquisa foram: a inclusão do ensino sobre a religiosidade afro-brasileira na disciplina de História contribuirá para diminuir os conflitos sociais na região? Como os professores de História oportunizam esse tema? Para aprofundar a questão abordará o conceito de cultura e seus alcances, apresentará a Lei 10.639/03 na perspectiva cultural da religiosidade afro-brasileira: Candomblé e Umbanda e contemplará a cultura afro-brasileira no município de Alegre - ES, problematizando uma pesquisa realizada pela autora com 15 professores de História do município. A pesquisa indicará sete práticas pedagógicas para os cursos de História na forma de dinâmicas e jogos para sala de aula, como contribuição de aplicabilidade teórica.

Palavras-chave: Religiões Afro-Brasileiras, Educação, Lei 10.639/03, Ensino de História.



ABSTRACT

The research will address some challenges in the applicability of Law 10.639 / 03 in the municipality of Alegre - ES. It is a Law that proposes new curricular guidelines for the study of Afro-Brazilian and African history and culture. The objective of the research is to identify and suggest to History teachers pedagogical practices that aim to implement the said Law with a view to overcoming prejudices and racial and religious discrimination through education. The questions that guided the research were: will the inclusion of teaching on Afro-Brazilian religiosity in the discipline of History contribute to reduce social conflicts in the region? How do History teachers make this theme possible? To deepen the issue, he will address the concept of culture and its scope, present Law 10.639 / 03 in the cultural perspective of Afro-Brazilian religiosity: Candomblé and Umbanda and contemplate Afro-Brazilian culture in the municipality of Alegre - ES, problematizing a research carried out by author with 15 history teachers from the municipality. The research will indicate seven pedagogical practices for History courses in the form of dynamics and games for the classroom, as a contribution of theoretical applicability.

Keywords: Afro-Brazilian Religions, Education, Law 10.639/2003, History Teaching.



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1 BRASIL: UM PAÍS MULTICULTURAL.....	10
1.1 Uma visão bibliográfica de cultura.....	10
1.2 A escola como ambiente multicultural	15
1.3 Religião e Escola: caminhos que se cruzam	22
2 LEI 10.639/03 E AS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS	27
2.1 Religiosidade Afro-Brasileira: Candomblé e Umbanda, origens e características.....	27
2.2 Religiões Afro-Brasileiras: Intolerância e Resistência.....	35
2.3 O Ensino de História e a Religiosidade Afro-Brasileira	41
3 RELIGIOSIDADE AFRO-BRASILEIRA NO MUNICÍPIO DE ALEGRE: UMA EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA.....	47
3.1 Apresentação do município, dados da pesquisa e resultados	47
3.2 O professor reflexivo e o resgate dos valores culturais religiosos afro-brasileiros no município de Alegre - ES	56
3.3 Religiosidade Afro-Brasileira: Práticas Metodológicas para as aulas de História	62
CONCLUSÃO.....	69
REFERÊNCIAS	71
APÊNDICE	78

INTRODUÇÃO

A pesquisa é uma análise da sociedade brasileira, marcada pela diversidade cultural e por várias formas de preconceitos. A constituição de 1988 que rege o Brasil, estabelece que é dever do Estado promover o bem a todos, como também o direito à educação de qualidade sem discriminação de raça, sexo, crenças e quaisquer outras formas de preconceitos. Toma-se como objeto de pesquisa a Lei 10639/03 e sua aplicabilidade no município de Alegre – ES. Essa Lei altera os dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tornando obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino de Educação Básica no Brasil. A educação é o caminho de transformação para a construção de novas relações sociais, em prol de uma sociedade mais humanizada, principalmente nas questões sobre o racismo, visto que este fenômeno se dá pela dominação de uns sobre outros na sociedade brasileira.

A presente pesquisa tem como questionamento a investigação sobre os desafios provocados pela Lei 10.639/03 e suas respectivas práticas pedagógicas aos professores de História sobre a religiosidade africana e afro-brasileira, em especial o Candomblé e a Umbanda, que constantemente sofrem desrespeitos. Essa intolerância vem muitas vezes pela falta de conhecimento? Pela omissão desses temas nos conteúdos escolares? A inclusão da religiosidade de matriz africana na disciplina de História pode contribuir para diminuir os conflitos em nossa sociedade? Como os professores de História vêm oportunizando esse tema? Tendo como objetivo identificar e compreender entre os professores de História do município de Alegre - ES, o envolvimento e as possíveis rejeições referentes às religiões de matriz africana nos conteúdos de História, tendo em vista a efetivação da Lei 10639/03 e a importância dessa abordagem nas práticas pedagógicas para a superação de preconceitos e discriminações.

A pesquisa abordará como referência a pedagogia libertadora de Paulo Freire, onde “o ser humano é um ser inacabado em processo constante de humanização”¹. Portanto, o conhecimento é um processo em construção que se dá através do diálogo e da aprendizagem. Segundo Freire: “Educar é também respeitar as diferenças sem discriminação, pois esta é imoral, nega radicalmente a democracia e fere a dignidade do ser humano, deve-se lutar contra qualquer tipo de discriminação, pois está é imoral”². É necessário entender a relação entre religião e cultura, consolidando a herança cultural negra como elemento à nossa identidade

¹ FREIRE, Paulo. O Papel da Educação na Humanização. *Revista Paz e Terra*, a. IV, n. 9, p. 123-132, 1969.

² FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 5 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997, p. 25.

nacional. Será realizada uma análise bibliográfica e a coleta de dados através da pesquisa de campo com questionários aos professores de História que atuam no município de Alegre - ES.

No primeiro capítulo, serão abordados alguns conceitos de cultura, uma vez que vive-se num país multicultural, com uma complexidade de relações aos diversos grupos que as compõem. A escola, por ser um espaço que abrange essa diversidade, precisa estabelecer estruturas pedagógicas que venham quebrar ações discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade, sendo a escola esse espaço de encontro dessa diversidade, ela tem a missão de contribuir na formação de cidadãos para a vida e suas relações sociais. A história brasileira é marcada pela negação aos povos africanos e seus descendentes, devido a escravidão, essa problemática se faz negar a própria história. A cultura está presente em todo o lugar, principalmente no âmbito escolar, pois a cultura é a base que sustenta as religiões e as mantém vivas. Ao falar em religiosidade, os negros e seus descendentes são os que mais sofrem com ações discriminatórias, por serem julgados como os que “praticam o mal”. Diante desta realidade, o espaço de formação é o lugar de trabalhar estereótipos pré-estabelecidos que são geradores de conflitos tão presentes na sociedade.

Para o segundo capítulo, apresenta-se a Lei 10.639/03, na perspectiva cultural da religiosidade de matriz africana. Entender que o Candomblé e a Umbanda são religiosidade presentes nas escolas e são partes integrantes da cultura brasileira, e a disciplina de História visa uma melhor efetivação de uma educação emancipatória de combate à intolerância no âmbito escolar, uma vez que a Lei contempla a disciplina. A Lei não pode ser vista apenas como mero cumprimento de conteúdo curricular, mas oportunizar diálogos e entendimentos das diversas culturas marcadas pelo negro em nosso país. A obrigatoriedade do ensino de História, Cultura Afro-Brasileira e Africana na disciplina de História deve-se levar em consideração as historiografias tradicionais embutidas nas escolas. Romper tais conceitos, é uma tarefa árdua. Para isso, faz-se necessário formação para os professores, onde o ensino possa ser comprometido com a valorização cultural pautado na ética e no respeito ao outro. Não se pode pensar numa prática transformadora com ações isoladas, mas sim, envolver todos em prol da cidadania, do apreço pela diversidade cultural e o combate à desigualdade racial na educação brasileira.

No capítulo seguinte, será apresentado o município de Alegre - ES, sua formação e os movimentos culturais dos negros, destacará as religiões afro-brasileiras, uma vez que no município há um número significativo de terreiros de Candomblé e de Umbanda e esses estão relacionados com a educação do município por terem alunos adeptos a tais religiões. E debruçar um pouco mais sobre a Lei 10.639/03 em si. Espera-se uma conscientização dos professores

sobre a necessidade de mudanças de atitudes dos alunos, bem como estimulá-los a serem multiplicadores da temática aos que fazem parte do seu convívio social. Será abordado sobre as contradições presentes no debate das políticas afirmativas que o município assegura para a manutenção e preservação da cultura negra.

No decorrer deste trabalho, serão utilizadas várias fontes de pesquisa, a partir de textos clássicos sobre a temática, como documentos oficiais, artigos de revistas, textos digitais e publicações acadêmicas. Outra fonte importante para a pesquisa será a aplicação do questionário aos professores de Licenciatura em História atuantes no ano letivo de 2019 do município de Alegre - ES das escolas públicas e particulares, que será analisado e tabelado. Por fim, será analisado a aplicabilidade das políticas afirmativas no município a partir da Lei 10.639/03 e o reconhecimento do movimento negro nesta localidade. Após os estudos será apresentado uma coletânea de atividades que poderão ser trabalhadas nas aulas de História, como forma colaborativa de aprendizagem, abrindo caminhos de possibilidades de uma sociedade mais humana.



1 BRASIL: UM PAÍS MULTICULTURAL

Para Taylor o termo multiculturalismo “é um processo que surgiu da necessidade de reconhecimento e que se faz sob diversas formas ligadas a grupo minoritários”³. Surgindo como desafio fortemente apoiado em ideias de respeito e igualdade para grupos que sofrem preconceitos. O multiculturalismo no Brasil está associado ao processo migratório que teve grande significação para a formação cultural do país, portanto, a convivência entre culturas diferentes não é uma questão recente. Nesse sentido, destaca a importância da cultura para discutir as questões da contemporaneidade, a partir do argumento que a cultura é formada por um conjunto de significados que dão sentido às ações humanas ao longo do tempo.

1.1 Uma visão bibliográfica de cultura

O termo cultura abrange variados conceitos, caracterizado por sentidos distintos, assim, cultura diz respeito à humanidade e todas as suas diversidades ao longo da história. O uso da palavra cultura abrange conhecimento humano, podendo ser usada em vários sentidos e contextos, sendo ela dinâmica e contínua. A cultura é vivida através da integração e interação entre os seres humanos, compartilhando valores, projetos, crenças, ideias, etc. Pensar em cultura, é pensar numa dimensão ampla. Diante da multiplicidade do conceito de cultura, será abordado como referência neste trabalho a concepção de cultura segundo Geertz, em seu livro *Interpretação das Culturas*, onde ele apresenta o conceito de cultura como um “sistema de significados”, que ordena o mundo social a partir de categorias simbólicas, através de um conjunto de regras como guia de comportamento.

Geertz apresenta a teoria interpretativa ou hermenêutica, sob o ponto de vista semiótico, onde a cultura é vista como um texto a ser lido e interpretado, ou seja, uma linguagem que usa signos para definir o sentido, na qual busca compreender a importância da cultura na constituição do sujeito humano. Nessa concepção, a cultura não é o resultado de apenas um ser humano, mas de todo um grupo, com características de político-social. Adotar a reflexão sobre o contexto social e organizacional, no qual o ser humano está imerso, e poder interpretá-lo, é deixar aflorar as aptidões humanas próprias do homem e sua relação com a sociedade.

De acordo com Geertz,

³ TAYLOR, Charles. *Multiculturalismo*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997, p. 45.

O conceito de cultura que eu defendo é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise, portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado.⁴

A cultura para Geertz é representada como uma teia sem fim, por sistemas de símbolos que se interagem. Uma teoria interpretativa a procura de seu significado, composta de estruturas psicológicas. Contudo, Geertz explica que com a evolução do ser humano a cultura também cresceu, pois, o ser humano é movido pela cultura. Nessa concepção a cultura recebe dois significados diferentes: um caráter semiótico, que o ser humano é um animal preso a uma teia, com significados variados, sendo necessário metodologias para interpretá-las e que não deve ser vista como códigos ou leis, e outra que, vê a cultura como um conjunto de mecanismo de controle que regulam o comportamento, com temáticas de padrões que expressam regras, considerando a cultura como “programa” de organização social. Compreender o ser humano é interpretar essa teia de significados.

Geertz, em seus estudos utilizava o método etnográfico,

Fazer a etnografia é como tentar ler (no sentido de ‘construir uma leitura de’) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerência, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado.⁵

Fazer a etnografia para Geertz, não é apenas observar, é também analisar e registrar, ou seja, é coletar dados de uma multiplicidade complexa, amarradas umas às outras, sendo estranhas e irregulares, devendo ele primeiro aprender e depois apresentar. Ao descrevê-la ele transforma um acontecimento num relato, e nesse sentido a cultura pode ser vista como um texto. Nessa perspectiva o pensamento humano é visto como social e público, estando corrente na sociedade desde quando nascemos e permanecerá em circulação após a nossa morte, podendo sofrer alterações ao longo do tempo. Geertz apresenta que, “a humanidade é tão variada em sua essência como em sua expressão”⁶. E completa, “compreender a cultura de um povo expõe a sua normalidade sem reduzir sua particularidade”⁷. Nestas abordagens, cultura possui características variadas entre o próprio ser humano.

Para Geertz,

⁴ GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. São Paulo: LTC, 2008, p. 4.

⁵ GEERTZ, 2008, p. 7.

⁶ GEERTZ, 2008, p. 27.

⁷ GEERTZ, 2008, p. 27.

Tornar humano é tornar individual, e nós nos tornamos individuais sob a direção de padrões culturais, sistemas de significados criados historicamente em torno dos quais damos forma, ordem, objetivo e direção às nossas vidas. Os padrões culturais não são gerais, mas específicos.⁸

Nas palavras de Geertz, o ser humano é essencialmente cultural, e a cultura não é considerada como um complemento à natureza humana, mas sim, um ingrediente fundamental, pois “um homem sem cultura seria apenas uma monstruosidade sem mente”⁹, e a humanidade seria vista como sem propósito e incompleta para viver em sociedade. Para Geertz a cultura é a teia, e a análise dessa teia é a hermenêutica, cujo intuito, é decifrar ações humanas em busca de sentidos, de comportamentos e que essas ações fazem com que as diversas culturas se relacionem, não sendo essa uma ciência experimental que não busca leis. Entender os objetos através de uma interpretação é reconhecê-los como elementos da cultura. Identificar os signos, é caracterizar as experiências vividas e suas relações com o outro e em grupo.

Pensando no trabalho de Kroeber e Kluckhohn, Geertz propõe uma visão não-essencialista de cultura tendo como:

Um padrão historicamente transmitido de significados incorporados em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e atitudes em relação à vida.¹⁰

É preciso considerar as possibilidades da cultura no tempo e espaço, sendo está plural, rompendo com concepções tradicionais homogeneizadoras. E é por meio da cultura e das relações que o ser humano supera as diversidades em relação aos aspectos do meio ambiente, destacando a importância da cultura para o seu crescimento. A comunicação é um elemento cultural e social no qual o sistema simbólico está imerso, portanto a oralidade, é o caminho fundamental, pois através da oralidade muitos dos símbolos ganham força para serem repassados para as gerações seguinte. Neste sentido, as tradições culturais necessitam de um caminho para a difusão do conhecimento e para a interação com o outro.

Nesta concepção, Geertz define cultura,

De qualquer forma o conceito de cultura ao qual eu me ateno não possui referentes múltiplos e nem qualquer ambiguidade fora do comum, [...] ele denota um padrão de significados transmitido historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de

⁸ GEERTZ, 2008, p. 37.

⁹ GEERTZ, 2008, p. 50.

¹⁰ GEERTZ, 2008, p. 66.

concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida.¹¹

A cultura expressa concepções e atividades da vida humana, no entanto culturas diferentes, originam ações e interpretações diferentes. Entretanto, a comunicação entre essas atividades é analisada em sua variada complexidade, pois é carregada de símbolos. Geertz define símbolo como qualquer ato, objeto, acontecimento ou relação que representa um significado¹². Em suas pesquisas, Geertz destaca que cultura e religião não se separam e essas funcionam como elementos poderosos que agem nas relações humanas, limitando comportamentos e apresentando sentido para a vida. O ser humano tem sua relação com os símbolos, e esses estão entrelaçados nas variadas religiões que permeiam a vida humana. A religião é vista como um sistema cultural cheio de concepções historicamente herdadas na qual os seres humanos se interagem.

Geertz define religião como:

Um sistema de símbolos que atua para estabelecer poderosas, penetrantes e duradouras disposições e motivações nos homens através da formulação de conceitos de uma ordem de existência geral e vestindo essas concepções com tal aura de fatalidade que as disposições e motivações parecem singularmente realistas.¹³

Nessa abordagem, a religião é produtora de conhecimento que para Geertz é fonte de pesquisa. A religião seria uma tentativa de conservar os significados dos símbolos que cada indivíduo interpretará e organizará na sua conduta, sendo armazenados em forma de símbolos, variando de acordo com o ritual de cada cultura e de cada grupo. Para Geertz, “o elemento simbólico são formulações tangíveis de noções, abstrações da experiência fixada em formas perceptíveis, incorporações concretas de ideias, atitudes, julgamentos, saudades, ou crenças”¹⁴. O ser humano tem uma dependência com os símbolos como tradições, utilizando para o seu próprio interesse. Nessa perspectiva, os atos culturais e a utilização de símbolos estão sobrepostos na vida cotidiana. Os símbolos religiosos possibilitam o ser humano a compreender o mundo, a definir suas emoções, permitindo superar tanto a satisfação quanto o sofrimento.

As religiões são teias complexas, estudar essas relações significa ampliar conhecimentos. Interpretá-las é se envolver no campo religioso como um fenômeno amplo,

¹¹ GEERTZ, 2008, p. 105.

¹² GEERTZ, 2008, p. 67-68.

¹³ GEERTZ, 2000, p. 67.

¹⁴ GEERTZ, 2008, p. 103.

pois, as religiões têm a força de criar e transformar as culturas, através de novos hábitos, crenças e normas de condutas. Quando apresenta a relação do mundo biológico com o mundo religioso, aproxima a religião com a natureza, essa aproximação é essencial. O trabalho etnográfico de Geertz, faz as relações simbólicas como os ritos e os rituais, pois é justamente nos acontecimentos e nas experiências que se insere o sistema cultural. Neste contexto, Turner, um antropólogo inglês, em sua obra *Floresta de Símbolos*, define o ritual,

Por 'ritual', entendo o comportamento formal prescrito para ocasiões não devotadas à rotina tecnológica, tendo como referência a crenças em seres ou poderes místicos. O símbolo é a menor unidade do ritual que ainda mantém as propriedades específicas do comportamento ritual; é a unidade última de estrutura específica em um contexto ritual.¹⁵

Para Turner, o ritual constitui propriedades específicas dos símbolos, e os grupos se ajustam e se adaptam de acordo com suas características. Turner apresenta símbolos como "uma coisa encarada pelo consenso geral como tipificando ou representando ou lembrando algo através da posse de qualidades análogas ou por meio de associações em fatos ou pensamento"¹⁶.

Segundo Turner, no ritual há símbolos dominantes e estes possuem valores inquestionáveis e legitimados para a cultura de um povo ou de um grupo. Interpretar símbolos e rituais de um grupo ou de uma comunidade requer do pesquisador a utilização de técnicas especiais para interpretá-los, pois, os símbolos e ritos estão carregados de valores. Dessa forma, as culturas, os símbolos, os ritos e todos os fenômenos religiosos são lidos tais como um texto, com linguagens particulares na qual se comunicam.

Para Caudal o multiculturalismo é uma afirmação dos sujeitos históricos que foram massacrados, mas que souberam resistir e continuam afirmando suas identidades e lutando por direitos, enfrentando relações de poder, de subordinação e exclusão.¹⁷ O multiculturalismo como movimento social, comprometido na defesa da diversidade cultural, vai abrindo caminhos e reflexões na educação, buscando integrar os aspectos políticos, econômicos, sociais, culturais e educacionais através de diretrizes curriculares. Freire aborda que "compreender a realidade do oprimido, refletida nas diversas formas de produção cultural – linguagem, arte, música– leva a uma compreensão melhor da expressão cultural mediante a qual as pessoas exprimem sua

¹⁵ TURNER, Victor. *Floresta de Símbolos: Aspectos do Ritual Ndembu*. Rio de Janeiro: UFF, 2005. p. 49.

¹⁶ TURNER, 2005, p. 49.

¹⁷ CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: MOREIRA, Antônio Flávio, CANDAU, Vera Maria (Orgs.). *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 17.

rebeldia contra os dominantes”¹⁸. É preciso transformar a realidade, e que o diálogo é o mecanismo para a humanização das relações culturais.

1.2 A escola como ambiente multicultural

A escola é um ambiente de encontro de diferentes culturas, etnias, gêneros, valores, religiões entre outros, ou seja, um espaço de convivências. Para Candau “a escola tem um papel importante na perspectiva de reconhecer, valorizar e empoderar sujeitos socioculturais subalternizados e negados”¹⁹. Pensar em educação multicultural, é trabalhar as diversidades na perspectiva de uma educação para uma sociedade democrática. Segundo Aranha, “a educação não é, a simples transmissão da herança dos antepassados, mas o processo pelo qual também se torna possível a gestação do novo e a ruptura do velho”²⁰. A escola deve ser pensada e planejada por todos os envolvidos, para isso, faz necessário ações emancipatórias que devem garantir a liberdade de expressão cultural, religiosa, sexual e étnica, centradas no fortalecimento de identidades de grupos quem têm uma história de discriminação, mas que deve ser respeitada e estudada, pois os seres humanos são dotados de culturas. No Brasil, a diversidade cultural está garantida na constituição de 1988, no preâmbulo.

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos na Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias.²¹

Desde a promulgação da Constituição de 1989, as bases educacionais brasileiras vêm trazendo em seus contextos abordagens multiculturalistas, com o objetivo de promover o bem a todos, sem preconceitos ou qualquer forma de discriminação. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, em seu Art. 3º, inciso IV aborda como princípio o “respeito à liberdade e apreço à tolerância”²², onde os valores humanos devem reger o ensino através da aceitação da riqueza cultural. Nos anos posteriores, diversos movimentos sociais influenciaram

¹⁸ FREIRE, Paulo; MACEDO, Donaldo. *Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 85.

¹⁹ CANDAU, Vera Maria Ferrão. Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas. *Currículo sem Fronteiras*, v. 11, n. 2, p. 240-255, jul./dez. 2011. p. 253.

²⁰ ARANHA, M. L. A. *Filosofia da Educação*. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2006. p. 50.

²¹ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.

²² BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB Lei nº 9394/96.

na construção e execução de políticas públicas como a Lei 10.639/03 e a Lei 11.645/08 que estabelecem obrigatoriedade do ensino da História e Culturas Afro-Brasileiras e Indígenas nos currículos escolares, a fim de combater as discriminações e promoverem um ideário inclusivo apaziguador aos conflitos fomentados pela diversidade.

A educação destina-se a múltiplos sujeitos e tem como objetivo a troca de saberes, a socialização e o confronto do conhecimento, segundo diferentes abordagens exercidas por pessoas de diferentes condições físicas, sensoriais, intelectuais e emocionais, classe sociais, crenças, etnias, origens, contextos socioculturais, e da cidade, do campo e de aldeias. Por isso, é preciso fazer da escola a instituição acolhedora, inclusa, pois essa é uma opção ‘transgressora’, porque rompe com a ilusão da homogeneidade e provoca, quase sempre, uma espécie de crise de identidade institucional.²³

A educação multicultural está associada a um conjunto de estratégias organizacionais, curriculares e pedagógicas, cujo objetivo é combater as formas de discriminação e preconceito. Para Heerdt, “o grande desafio, sem dúvida, não é o de estar ciente destas transformações, mas sim, integrá-las e contemplá-las no trabalho educacional”²⁴. Nessas abordagens, a escola deve estar preparada para lidar com essas diversidades, de forma a incluir os estudantes e suas individualidades. Trabalhar essas diversidades é um desafio para a escola e para todos que nela estiverem envolvidos.

Para Candau & Moreira,

A escola sempre teve dificuldade em lidar com a pluralidade e a diferença. Tende a silenciá-las e neutralizá-las. Sente-se mais confortável com a homogeneização e a padronização. No entanto, abrir espaços para a diversidade, a diferença, e para o cruzamento de culturas constitui o grande desafio que a escola que está sendo chamada a enfrentar.²⁵

De acordo com Candau & Moreira, ao falarem sobre multiculturalismo, destacam que é preciso buscar uma efetivação em diversos contextos. O currículo escolar atende a perspectiva multicultural? Como lidar com as diferenças no ambiente escolar? Pensar num currículo multicultural é enfatizar a diversidade cultural, é defender um ideal de igualdade entre as culturas, sem que uma seja julgada como superior a outros. Para Oliveira “são frequentes as

²³ BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília, DF: MEC, SEB, DICEI, 2013. p. 31.

²⁴ HEERDT, Mauri Luiz, Coppi. Paulo de. *Como Educar Hoje?* reflexões e propostas para uma educação integral. São Paulo: Mundo e Missão, 2003. p. 69.

²⁵ CANDAU, Vera Maria; MOREIRA, Antônio Flávio. Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos. *Revista Brasileira de Educação*, n. 23, p. 156-168, mai./ago, 2003.

perguntas de educadores sobre como lidar com as questões relacionadas aos preconceitos”²⁶. É frequente o preconceito e que este está visível no dia a dia da escola. As teorias pós críticas de currículo apresentam que é necessário refletir sobre essas diferenças.

Gomes apresenta o currículo como sendo,

A função da escola, da docência e da pedagogia vem se ampliando, à medida que a sociedade e, sobretudo, os educandos mudam e o direito à educação se alarga, incluindo o direito ao conhecimento, às ciências, aos avanços tecnológicos e às novas tecnologias de informação. Mas também o direito à cultura, às artes, à diversidade de linguagens e formas de comunicação, aos sistemas simbólicos e ao sistema de valores que regem o convívio social, à formação como sujeitos éticos.²⁷

De acordo com Gomes, a comunidade escolar e os envolvidos precisam superar as práticas de cultura seletiva e excludente, onde todos sejam respeitados no percurso escolar. Na visão de Carvalho, uma escola inclusiva “inclua a todos, que reconheça a diversidade e não tenha preconceitos contra as diferenças, que atenda às necessidades de cada um e que promova a aprendizagem”²⁸. A inclusão é reconhecer os valores e as potencialidades de cada um. Pensar em inclusão no ambiente escolar, implica compreender todos os excluídos historicamente, que são: os indígenas, os afrodescendentes, mulheres, pobres, gays, os pertencentes às várias religiões, etc. Incluir é propiciar a participação das minorias na sociedade.

Na concepção de Freire,

É preciso reenfatizar que a multiculturalidade como fenômeno que implica convivência num mesmo espaço de diferentes culturas não é algo natural e espontâneo. É uma criação histórica que implica decisão, vontade política, mobilização, organização de cada grupo cultural com vistas a fins comuns. Que demanda, portanto, uma certa prática educativa coerente com esses objetivos. Que demanda uma nova ética no respeito às diferenças.²⁹

A Constituição Brasileira promulgada em 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, abordam princípios democráticos e de inclusão que deve permear todo sistema educacional brasileiro³⁰. Tais princípios, culminam na elaboração dos Parâmetros

²⁶ OLIVEIRA, Rachel. *Tramas da cor enfrentando o preconceito no dia-a-dia escolar*. São Paulo: Selo Negro, 2005. p. 91.

²⁷ GOMES, Nilma Lino. *Diversidade e currículo*. In: MOREIRA, Antônio F. Barbosa; CANDAU, Vera Maria. *Indagações sobre o currículo: currículo, conhecimento e cultura*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. p. 13.

²⁸ CARVALHO, Rosita Edler. *Removendo Barreiras para a aprendizagem*. 4 ed. Porto Alegre: Mediação, 2004. p. 121.

²⁹ FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 13 ed. São Paulo: Paz na Terra, 2006. p. 157.

³⁰ BRASIL, 1996, p. 9.

Curriculares Nacionais para a educação, que são normas obrigatórias com objetivo de orientar na elaboração dos projetos curriculares que nortearão todo o processo educacional. As diretrizes trazem temáticas transversais denominadas pluralidade cultural. Para Pereira, “O pluralismo como modelo multicultural significa a coexistência das culturas dos diversos grupos étnicos no contexto de uma sociedade”³¹. Então pensar numa proposta curricular, é valorizar as manifestações culturais como referência para a renovação curricular. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais,

A educação escolar deve considerar a diversidade dos alunos como elemento essencial a ser tratado pela melhoria da qualidade de ensino aprendizagem. A escola ao considerar a diversidade tem como valor máximo ao respeito às diferenças – não o elogia as desigualdades. As diferenças não são os obstáculos para o cumprimento da ação educativa, podem e devem, portanto, ser fator de enriquecimento.³²

Portanto, todas as culturas têm valor e devem contribuir na construção do conhecimento, compreendendo as complexidades humanas e promovendo as mudanças necessárias na educação. A Lei 10.639/03³³ foi uma grande conquista, pois estabelece a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira na Educação Básica, que teve complemento em 2004, com a criação das diretrizes curriculares Nacionais de Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e da Cultura Afro-Brasileira, alterando o currículo escolar como forma de resgatar a contribuição e a memória dos negros e seus afrodescendentes na formação da sociedade brasileira e no combate à discriminação.

Têm por meta, promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de nação democrática [...] o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias, asiáticas.³⁴

O tema diversidade numa dimensão de políticas afirmativas no campo educacional busca integrar diferentes grupos sociais, por meio do reconhecimento e valorização de suas culturas. Quando abordamos a diversidade cultural, devemos destacar também a Lei 11.645/08,

³¹ PEREIRA, Anabela. *Educação Multicultural: teorias e práticas*. Porto: ASA, 2004. p. 23.

³² BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília: MEC/SEF, 1997. p. 96-97.

³³ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.

³⁴ BRASIL. Secretaria de Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e africana*. Brasília, 2005.

que altera a Lei 9.394/96, modificada pela Lei 10.639/03, estabelecendo diretrizes para incluir no currículo oficial a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”³⁵. A normatização dessas leis é um marco histórico que contribui para o abandono de uma educação eurocêntrica, valorizando os diversos grupos étnicos que formaram a população brasileira, que não apenas tolere a diversidade, mas a valorize. A Lei como componente obrigatório fica assim estabelecida:

Incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.³⁶

Portanto, é fundamental observar que as leis acima citadas são consequências de lutas de movimentos sociais com ideais de democratização da educação. Elaborar um currículo que assegure as diversidades de saberes, de crenças e de costumes é um desafio as práticas educativas multicultural, pois este deve extrapolar as fronteiras, abrir caminhos para a investigação e a experimentação de diversos saberes da realidade local. Para implementar uma educação multicultural é necessário que as instituições escolares conheçam, promovam e implementam ações positivas. Não basta ter noção das diversidades culturais é necessário aprendermos a relacionarmos uns com os outros. Para isso, a escola deve dialogar com a comunidade e disponibilizar formação contínua aos educadores, tornando a escola um ambiente democrático.

Para Freire a escola tem papel fundamental para a formação humana, pois,

Aceitar e respeitar a diferença é uma dessas virtudes sem o que a escuta não se pode dar. Se discrimino o menino ou menina pobre, a menina ou o menino negro, o menino índio, a menina rica; se discrimino a mulher, a camponesa, a operária, não posso evidentemente escutá-las e se não as escuto, não posso falar com eles, mas a eles, de cima para baixo. Sobre tudo, me proíbo entendê-los.³⁷

A sociedade contemporânea tem sido caracterizada por momento histórico de grandes mudanças. E estas mudanças não podem ser mais desprezadas pela educação, pois esses processos têm impactados no cotidiano do ambiente escolar. As questões da diversidade cultural estão enraizadas por toda a sociedade, caracterizada por oposições, tensões e conflitos

³⁵ BRASIL, 2008.

³⁶ BRASIL, 2008.

³⁷ FREIRE, 1997, p. 136.

nos mais variados campos. A diversidade não pode compor o currículo como uma receita pronta, mas como um horizonte, no qual, irá influenciar as estratégias, os conteúdos e a prática do professor. Segundo Maclaren, “a educação multicultural crítica preconiza um educando crítico comprometido em criar zonas de possibilidades e de espaços na sala de aula onde possa lutar por relações sociais democráticas”³⁸. Portanto, o papel dos docentes será sempre de pesquisador e motivador na construção do conhecimento.

[...] se toda experiência social produz conhecimento uma das funções do tempo de escola será educar a sensibilidade dos (das) educadores (as) e dos (das) educandos (as) ao longo do percurso de formação para captar e conhecer a rica pluralidade de experiências sociais que tornam dinâmica e tensa a sociedade. Mostrar as relações sociais, políticas, culturais em que essa riqueza de experiências vai conformando nossa história. Em que se enreda a história dos (das) educadores (as) e dos (das) educandos (as) e as experiências individuais e coletivas que marcam suas experiências.³⁹

A escola é um espaço de formação contínua onde se constroem saberes, trocas de ideias e experiências de diferentes realidades. Para Freire, “não existe ensinar sem aprender e com isto eu quero dizer mais do que diria se dissesse que o ato de ensinar exige a existência de quem ensina e de quem aprende”⁴⁰. Tais saberes têm seu valor e é necessário serem reconhecidos. Os/as professores/as têm a tarefa de orientar os estudantes e desenvolver neles a capacidade crítica sobre o cotidiano, para que o processo ensino-aprendizagem seja respeitado em suas especificidades, ou seja, em seu multiculturalismo. Neste contexto, cabe ao/a educador/a a efetivação de aprendizagem com significados na construção do conhecimento.

As instituições escolares ainda estão alicerçadas à uma cultura dominante. Mas na perspectiva multicultural a escola precisa integrar a convivência e oportunizar uma vida melhor para todos, independentemente de sua condição social, econômica, étnica, religiosa, etc. Todos têm direito à escola, aprendizagem, participação, sem serem discriminados. Para Silva, “Recebendo ou não alunos representantes de diferentes cultural, o dever da Escola, hoje, é preparar todos para o conhecimento, a vivência e o enriquecimento multicultural”⁴¹. A escola multicultural abre caminhos para formação de cidadãos conscientes e compreendedores de sua identidade. Trata-se de uma tarefa complexa que exige métodos flexíveis e diálogos. Para viver

³⁸ MACLAREN, Peter. *Multiculturalismo Revolucionário*. Porto Alegre: Artmed, 2000. p. 8.

³⁹ ARROYO, Miguel G. *Currículo, território em disputa*. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 124.

⁴⁰ FREIRE, Paulo. *Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar*. São Paulo: Olho d'Água, 1993. p. 27.

⁴¹ SILVA, M. C. V. *O entendimento da sala de aula como espaço de vivência multicultural*. In: Midterm Conference Europe 2003, Critical Education & Emergent Prespective for the 21 Century. Lisboa.

democraticamente, é preciso conhecer e respeitar os diferentes grupos que as compõem. É entender que as culturas estão vivas em cada ser humano.

O homem - sujeito que produz a cultura – define-se mais por significá-la como um ato consciente de afirmação de si mesmo, senhor do seu trabalho e do mundo que transforma, do que por simplesmente fazê-la de modo material. Antes de ser machado o objeto é seu símbolo, logo, a relação simbólica entre ele e o homem, entre o homem e seus símbolos. É isto o que torna o homem um ‘ser histórico’, um ser que não está na história, mas que a constrói como produto de um trabalho e dos significados que atribui ao fazê-lo: ao mundo, à sua ação e a si mesmo, visto no espelho de sua prática.⁴²

A cultura e a escola estão interligadas, nesse sentido, a escola precisa desenvolver um novo olhar para trabalhar essas diversidades, promovendo o desenvolvimento de atitudes, projetos curriculares, práticas pedagógicas, que sejam sensíveis à emergência do multiculturalismo. Para Canen, é importante que o/a educador/a tenha consciência das perspectivas e objetivos que se deseja alcançar ao trabalhar o multiculturalismo⁴³. Reconhecer a diversidade no ambiente escolar, significa compreender o direcionamento no processo da formação humana que acontece nos vários contextos: político, social, cultural e histórico. É nesse contexto que se constrói as representações, os valores e as identidades tanto individuais quanto coletivos. É importante refletir sobre a função da escola, traçar com clareza os objetivos que deseja alcançar, estabelecer como uma instituição transformadora e aberta ao diálogo. A educação é o elemento primordial no processo ao combate às diferenças.

As religiões fazem parte da diversidade cultural, e cada religião é peculiar ao apresentar diferentes linguagens, diferentes credos, variadas formas de celebrar, rezar e diversos símbolos para referenciar o fenômeno religioso vivenciado por cada grupo. No Brasil há uma diversidade de religiões que precisam ser conhecidas e respeitadas segundo suas especificidades, e que essa permeia o espaço escolar. Para Saviani a educação deve "cada vez mais ser capaz de conhecer os elementos de sua situação a fim de poder intervir nela transformando-a no sentido da ampliação da liberdade, comunicação e colaboração entre os homens"⁴⁴. Saviani, salienta que a teoria e prática pedagógicas são essenciais para uma aprendizagem significativa. Em diálogo com essa seção, a proposta de atividades 1 e 4 da seção 3.3 deste trabalho contempla uma convivência ética e respeitosa, superando preconceitos e discriminações, através do reconhecimento da cultura afro-brasileira.

⁴² BRANDÃO, C. R. *A educação como cultura*. São Paulo: Mercado das Letras, 1998. p. 39.

⁴³ CANEN, Ana. O multiculturalismo e seus dilemas: implicações na educação. *Comunicação e política*, v. 25, n. 2, p. 91-107, 2007.

⁴⁴ SAVIANI, D. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1980. p. 52.

1.3 Religião e Escola: caminhos que se cruzam

A escola ao manter sua neutralidade e considerar os aspectos religiosos como parte da formação humana, afirma abertura a todas as experiências humanas, portanto, é prática educativa, fortalece os valores humanos, promove mudanças interiores e impulsiona na construção de uma escola igualitária. Falar de religiosidade na escola é educar no sentido de humanizar e proporcionar uma educação integral em suas variadas dimensões como parte do conhecimento. O Estado deve proporcionar aos cidadãos o direito de manifestar-se nas suas mais variadas religiões, pois essa vertente compreende o direito do indivíduo de escolher, aceitar ou mudar sua crença. Para tanto, existem alguns suportes legais que asseguram tais direitos.

Considerando a constituição federal de 1988, no artigo 5º, inciso VI e VII determina,

VI – é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e as suas liturgias;

VII – é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa fixada em lei.⁴⁵

Assim, a liberdade religiosa é um assunto em ascensão, cabendo ao Estado assegurar os direitos aos indivíduos que praticam uma religião minoritária ou para aqueles que não possuem uma religião dentro de uma sociedade que até então os crédulos eram ditados por religião considerada oficial. Pela Constituição Federal de 1988, o Brasil assume um estado laico, ou seja, uma posição de neutralidade quanto as diversidades religiosas. Ações educativas precisam reforçar a presença da cultura afro-brasileira no currículo educacional e na constituição da própria identidade escolar, pois faz parte da cultura e precisa ser reconhecida e trabalhada nas escolas como forma de superar o preconceito. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Religioso estabelecem,

Art. 33. O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo. § 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão

⁴⁵ BRASIL, 1988, p. 13.

as normas para a habilitação e admissão dos professores. § 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do Ensino Religioso.⁴⁶

A religião está presente nas escolas, fazendo parte das Ciências Humanas, “Como todo conhecimento humano é sempre patrimônio da humanidade, o conhecimento religioso deve também estar disponível a todos os que a ele desejem ter acesso”⁴⁷. A liberdade religiosa é um dos direitos fundamentais garantidos à humanidade, também estabelecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Conhecer as religiões possibilitará benefícios para quem está buscando conhecimento e formulando conceitos. A escola como espaço educacional poderá transformar e multiplicar em algo essencial a construção de valores para uma sociedade mais justa e inclusiva, cabendo à escola a responsabilidade de assegurar uma educação que se preocupa em atender a diversidade.

A religião é uma criação da sociedade, feita a sua imagem, isto é, a própria sociedade em forma idealizada e, portanto, reflete todos os seus aspectos, até os mais reles e repulsivos. É uma necessidade social, existe de uma forma ou de outra, não obstante as mudanças que ocorrem na organização de uma sociedade.⁴⁸

A experiência religiosa é um elemento importante na sociedade, porque dá sentido aos diversos segmentos da comunidade. E a escola como parte integrante da comunidade e por ser colaboradora na construção do conhecimento deve considerar o contexto cultural e religioso para a formação humana. É nesse universo que a escola é chamada a orientar o estudante a compreender a sua identidade e respeitar a do outro, exercer a sua cidadania e ser responsável no meio em que vive. Assim, a educação desenvolve um papel importante e significativo na vida do aluno, refletindo positivamente na sociedade. Para Junqueira; Rodrigues “Ao refletir as questões fundamentais, o educando pode superar o senso comum que domina seu cotidiano e interferir conscientemente nas questões sociais marcantes de sua realidade”⁴⁹. Aprender a viver com a diversidade, contribui para uma prática em prol de um bem maior.

Na concepção de Corrêa a religiosidade,

⁴⁶ FONAPER. FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO. *Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso*. São Paulo: Mundo Mirim, 2012. p. 35.

⁴⁷ FONAPER, 2012, p. 66.

⁴⁸ DURKHEIM, Emile. *As formas elementares da vida religiosa*. O sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 72.

⁴⁹ JUNQUEIRA, Sérgio R. A.; RODRIGUES, Edile Maria Fracaro; RAU, Débora Toniolo. História Geografia e Ensino Religioso: Uma proposta integrada. *Diálogo Educacional*. Curitiba, v. 7, n. 20, p. 143-165, jan./abr. 2007.

É uma das características mais marcantes do povo brasileiro. Ela se manifesta de múltiplas maneiras como decorrência de um lado das diferentes religiões praticadas na sociedade brasileira e, de outro, como parte do modo de ser de muitos indivíduos ainda que não professem uma religião em especial.⁵⁰

Trabalhar as religiões no espaço escolar tem sido objeto de discussões constantes por parte de autoridades. É possível trabalhar sem proselitismo, preconceito e intolerância? A Constituição Federal vigente tem como concepção um Estado Laico, ou seja, sem uma religião oficial, mas, apresenta liberdade de expressão e de culto. Portanto, trabalhar as religiões nos componentes curriculares na educação básica brasileira, compreende oferecer uma proposta responsável, formulando questões fundamentais que contribua para a convivência no mundo que estão inseridos, desenvolvendo valores para a vida, propiciando um sentimento de bem-estar através de um ambiente dinâmico em que as experiências com o sagrado possa acontecer e ser contextualizada de forma significativa.

Segundo a concepção de Gomes,

Avançar na construção de práticas educativas que contemplem o uno e o múltiplo significa romper com a ideia de homogeneidade e de uniformização que ainda impera no campo educacional. Representa entender a educação para além do seu aspecto institucional e compreendê-la dentro do processo de desenvolvimento humano.⁵¹

As características humanas no espaço escolar muitas vezes dificultam a prática de convivência. Nesse contexto, vale destacar que o Ensino Religioso mesmo sendo matrícula facultativa para o aluno, visa contribuir na compreensão de temas importantes como a ética, tolerância e o respeito a fim de colaborar para uma convivência pacífica. Entretanto, o professor de Ensino Religioso precisa estar preparado e capacitado para tais abordagens, sendo este protagonista, rompendo padrões de sua própria cultura, de tradições do cristianismo e da fé católica que permeou no Brasil durante muito tempo. Para isso, exige metodologias inovadoras, sendo capaz de compreender as individualidades das diferentes crenças.

Sobre a atuação profissional para o Ensino Religioso, este tem uma grande contribuição a dar no sentido de: subsidiar os(as) educandos(as) a enfrentarem as questões que estão no cerne da vida, despertando-os para que possam desenvolver a religiosidade presente em cada um(a); orientar para a descoberta de critérios éticos, para que possam agir desde uma atitude dialógica e de reverência no processo de aproximação e de relação com as diferentes expressões religiosas. Para responder a

⁵⁰ CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. *Cultura e Diversidade*. Curitiba: Ibpex, 2008. p. 149.

⁵¹ GOMES, Nilma Lino. Educação e diversidade étnico-cultural. In: NOGUEIRA, Marise et al. *Diversidade na educação reflexões e experiências*. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2003. p. 73.

estas exigências, é fundamental e indispensável que o profissional do Ensino Religioso tenha uma formação específica que o habilite e qualifique nesta área do conhecimento.⁵²

A legislação vigente, considera habilitado ao exercício do Ensino Religioso os licenciados em Ciências da Religião, História, Filosofia e Ciências Sociais, os licenciados em Pedagogia com habilitação nas séries iniciais e demais licenciaturas acrescidas da especialização lato-sensu em Ensino Religioso. Estar apto e aberto ao diálogo, também são características fundamentais ao professor de Ensino Religioso, para tanto, exige uma constante busca do conhecimento religioso, pois este deve mediar os conflitos causados na sala de aula, trazendo sempre em mente o questionamento de que tipo de cidadão pretendo formar. O professor não pode ignorar a riqueza que cada aluno traz consigo de experiências culturais e religiosas, portanto, o professor deve buscar metodologias contínuas de aprendizagens na construção do conhecimento.

Na concepção de Ferreira,

No que se refere ao Ensino Religioso, sua importância é indiscutível. No entanto, é ao ser ministrado, em sua prática cotidiana, que os desafios são apresentados. É na interação com as outras áreas do conhecimento, buscando despertar o sentido da vida e do transcendente, que o Ensino Religioso vai se solidificando e se diferencia da catequese, que é específica da comunidade de fé.⁵³

Um dos princípios para o Ensino Religioso é o desenvolvimento do sujeito humano e suas relações com as individualidades através de uma proposta educacional a partir da realidade dos educandos, uma vez que os mesmos buscam a construção de sua identidade, transformando atitudes para viver em sociedade. Precisamos entendermos que o Ensino Religioso não deve ser visto apenas como experiência da fé, mas um reconhecimento do fenômeno religioso como condição existencial ao ser humano diante de uma reflexão ao comportamento ético. Alguns dos grandes desafios para o currículo escolar na atualidade é romper com conceitos imobilizados e práticas rotuladas. Reconhecer a religiosidade na sua diversidade é dialogar proporcionando oportunidades.

De acordo com Freire, o diálogo tem,

Significação precisamente porque os sujeitos dialógicos não apenas conservam sua identidade, mas a defendem a assim crescem um com o outro[...]. Implica, ao

⁵² KLEIN, Remí. Ensino Religioso: expectativas e perspectivas discentes em formação docente. *Revista Pistis Praxis*, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 253-267, jul./dez., 2010. p. 227.

⁵³ FERREIRA. Amauri Carlos. *O Ensino Religioso nas fronteiras da ética*. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 50.

contrário, um respeito fundamental dos sujeitos neles engajados, que o autoritarismo rompe ou não permite que se constitua.⁵⁴

A relação dialógica implica o ato de ensinar, rompe paradigmas e estabelece a aproximação com o outro, pois a liberdade religiosa deriva da dignidade da pessoa humana, sem prejuízo ao pluralismo fundamentado na constituição brasileira. A educação busca construir conhecimentos que favorece o reconhecimento e a história das religiosidades através de memórias, convicções e crenças com o intuito de combater o preconceito e discriminação, possibilitando o respeito às alteridades. Tais finalidades contribuem para a formação integral dos alunos através da convivência como princípio básico à vida e suas relações com a sociedade. Para Berkenbrock “é importante que o diálogo inter-religioso seja impulsionado pelo desejo de um melhor entendimento humano [...] que contribua para uma melhor convivialidade humana”⁵⁵. Assim, a educação incentivará o diálogo, o respeito das diversidades religiosas, sendo apresentada de forma significativa na formação de identidades dos alunos.

Trabalhar conteúdos relacionados com a cultura negra na educação não é tarefa simples, mas, se faz necessário partindo do pressuposto de que o nosso país é uma nação miscigenada. Portanto, o movimento social negro brasileiro é um conjunto de vozes clamando por ideais comuns em prol de ações afirmativas e pelo reconhecimento de seus direitos. A escola ao considerar a cultura do povo negro em suas práticas educativas abre caminhos a ações reflexivas que provocam transformação social. Na concepção de Gomes, a Lei 10.639/03 é “mais do que uma iniciativa do Estado, essa Lei deve ser compreendida como uma vitória das lutas históricas empreendidas pelo Movimento Negro Brasileiro em prol da educação”⁵⁶, a Lei é de grande relevância para o Sistema Educacional Brasileiro. Finalmente, é necessário dialogar, valorizar as diferenças e as singularidades dos seres humanos, enquanto protagonista social. A seção 3.3 deste trabalho, na proposta de atividade 5, contempla o conhecimento de artigos da Constituição Brasileira de 1988, e as Diretrizes Curriculares da Educação Brasileira, através do reconhecimento de igualdade.

⁵⁴ FREIRE, 2006, p. 118.

⁵⁵ BERKENBROCK, Volney J. A atitude franciscana no diálogo inter-religioso. In: MOREIRA, Alberto da Silva (Org.) *Herança Franciscana*. Petrópolis, Vozes, 1996. p. 320

⁵⁶ GOMES, Nilma Lino. A Questão Racial na Escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/2003. In: MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU, Vera Maria (Orgs.) *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 67.

2 LEI 10.639/03 E AS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS

O negro brasileiro sempre foi alvo de preconceito e discriminação, devido teorias escravocratas e de ideologias eurocêntricas que permeavam o território brasileiro desde da chegada no país. A Lei 10.639/03 é uma conquista de abertura democrática que sensibiliza pela busca de uma equidade dos negros e seus descendentes com as demais etnias que compõem o povo brasileiro. Ao determinar a obrigatoriedade da História e Cultura Afro-Brasileira no currículo escolar da educação básica das escolas do Brasil, configura-se como instrumento de luta dos movimentos dos negros brasileiros pela preservação e aceitação de suas culturas. Sendo a religião parte integrante e entrelaçada à cultura e que essa contribuiu na formação do povo brasileiro, então, a escola por ser um ambiente de relações e aprendizagens, e que deve educar para a tolerância com as diferentes religiosidades presentes no ambiente escolar. Portanto, dialogar sobre a religiosidade com sentido educativo contribui como elemento favorável para uma cidadania nos mais variados espaços sociais.

2.1 Religiosidade Afro-Brasileira: Candomblé e Umbanda, origens e características

A religiosidade africana foi incorporada à cultura brasileira desde o desembarque dos negros escravizados no Brasil, essa religiosidade contribuiu na construção da formação cultural, mas que por períodos foi perseguida e até mesmo proibida. Esta situação, propiciou a intolerância e sofrimento aos praticantes afrodescendentes e seus adeptos. Ao trabalhar a história, a cultura e a religiosidade afro-brasileira no currículo escolar, contribuirá em possibilidades de romper estereótipos traçados pela sociedade. A religiosidade é elemento relevante da história afro-brasileira e faz parte da cultura do povo brasileiro e deve ser respeitado.

Nas palavras de Lucival Santos,

A religião de matriz africana é acionada como principal símbolo de ligação entre o Brasil e a África, isto é, se constitui como elemento fundamental do processo de (re) africanização proposta pelos militantes dos movimentos negros e, por conseguinte, a etnicidade estaria vinculada aos elementos de representação das religiões e do sentimento de pertença que possibilitam a construção da identidade negra ou afrodescendente/afro-brasileira.⁵⁷

⁵⁷ SANTOS, L. F. dos. *As religiões de matriz africana para além dos cultos e rituais*. In: Simpósio de história regional e local, Santo Antônio de Jesus. Anais, 2015. p. 4.

Os negros trazidos de várias regiões da África, ao chegarem no Brasil, eram batizados e obrigados a seguir o catolicismo, porém continuavam a praticar secretamente suas crenças. O Candomblé, religião de matriz africana fundida no Brasil, mas com componentes culturais dos diferentes grupos étnicos africanos que conviveram no período da escravidão fornecem a base de seu ritual. O Candomblé devolveu aos africanos e a seus descendentes a possibilidade de refazer os laços, restabelecer elos afetivos e preservar antigas tradições. No Brasil, a maioria da população considera-se cristã, mesmo assim, não conseguiu impedir que outras religiões chegassem aqui e fizessem história, tornando um país com uma diversidade religiosa muito abrangente. O Candomblé predomina na Bahia, local considerado como terra de todos os santos, mas que se propagou para as outras regiões do Brasil, tendo como crença os orixás, com diferentes forças e poderes distintos à força humana.

Segundo os estudos de Gaarder, Hellen e Notaker

Cada orixá, além de ter funções distintas e poderes específicos condizentes com os seus traços de personalidades, conta também com símbolos particulares, por exemplo, as roupas, as cores das roupas e das contas, determinados objetos, adereços, batidas de atabaque e canções características, bebidas e alimentos, sem falar dos animais sacrificais próprios de cada orixá. E cada orixá tem ainda um grito de saudação dirigido somente a ele.⁵⁸

Ser seguidor do Candomblé é, ter responsabilidades de seus atributos aos orixás, pois estes acreditam em forças sobrenaturais que estão presentes na natureza e que se materializam e manifestam nos cultos religiosos. As cerimônias aos cultos dos orixás são realizadas em espaços específicos denominados de terreiros com as seguintes estruturas: barracão, salão de festas, cozinha, casas e áreas abertas, podendo variar de acordo com o espaço. A cozinha é um cômodo do terreiro de grande valor, pois nela é feita a comida para oferenda aos orixás e para ser consumida pelos integrantes. Para Lody “a comida é coerente com a história do deus africano, está integrada à trajetória patronal, acompanha os enredos mitológicos e compartilha do poder”⁵⁹. O Candomblé é uma religião celebrada com trajes, cores, cantos, batidas de tambores, danças e oferendas específicas ao seu orixá.

Segundo as concepções de Melo,

Os terreiros de candomblé apesar de serem de origem brasileira, apresentam uma estrutura organizacional totalmente moldada nas tradições e nos costumes dos povos Iorubás, já que foram estes os responsáveis pelo estabelecimento do culto aos Orixás no Brasil. Da mesma forma que a natureza está vinculada aos deuses e aos homens

⁵⁸ GAARDER, J., HELLEN, V., NOTAKER, H. *O Livro das Religiões*. São Paulo: Schwarcz, 2000. p. 320.

⁵⁹ LODY, Raul. *Candomblé: religião e resistência cultural*. São Paulo: Ática, 1987. p. 54.

para esta sociedade, os terreiros mantêm sua tradição viva criando um microcosmo desta para legitimar a sua organização social.⁶⁰

O Candomblé por ser uma religião aberta a todos, vários fatores contribuem para a visita ao terreiro a procura dos orixás. Segundo Lody “a procura ao terreiro pode dever-se a necessidades sociais, a cura de doenças ou mesmo ao desejo de acesso aos segredos mantenedores da religião”⁶¹. Fazer parte do terreiro exige compromisso em participar e ajudar nos rituais e na organização do ambiente principalmente nos dias festivos. Nos dias comuns, os terreiros ficam abertos para jogos de búzios e atendimentos espirituais ou materiais, como banhos para purificação e revitalização das forças, atendimentos estes realizados pelo zelador do terreiro. É feito um calendário para os dias de festas, sendo a festa principal a do orixá do terreiro.

Todo esforço religioso está relacionamento entre o humano e o orixá, baseando-se na manutenção do equilíbrio e da energia vital para unificar tais existências. De acordo com Prandi, “os orixás alegram-se e sofrem, vencem e perdem, conquistam e são conquistados, amam e odeiam. Os humanos são apenas cópias esmaecidas dos orixás dos quais descendem”⁶². De acordo com Prandi, os orixás são responsáveis por grandes feitos e atuam com sua própria simbologia. No Candomblé a tradição personalizou os orixás, atribuindo a cada uma determinada especificidade e responsabilidade. Neste contexto, há outros orixás que compõem o Candomblé de matriz africana.

O Candomblé sempre foi perseguido por sua origem e práticas de rituais. Para contornar essa situação, os negros associaram seus orixás aos santos católicos, transmitindo uma ideia de conversão à religião cristã, assim, praticavam suas crenças e ritos de modo mais seguro. Esse sincretismo entre o Candomblé e o Catolicismo foi uma forma de resistência e sobrevivência para os povos africanos, que aos poucos vão se solidificando e buscando espaço como parte da cultura brasileira. O Candomblé praticado hoje tem buscado uma eliminação sincrética, organizando-se uma “re-africanização” nos terreiros. Além de ser uma religião minoritária, cada terreiro tem autonomia, experiências e conhecimentos próprios, portanto, para aprender é necessário prática e dedicação.

Nas palavras de Carmo,

⁶⁰ MELO, Emerson. *Da natureza afro-religiosa: a (re)significação espacial dos terreiros de candomblé em São Paulo*. São Paulo: Monografia. Departamento de Geografia da PUC-SP, 2007. p. 55-70.

⁶¹ LODY, 1987, p. 27.

⁶² PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos Orixás*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 27.

O Candomblé ensina que o ser humano não cabe em um único molde. Por isso a prática comum no Candomblé é a da 'teologia do acolhimento', tão cara aos modernos movimentos católicos e evangélicos, praticada a pelo menos três séculos nos terreiros! Ou seja, a pessoa é bem-vinda ao terreiro, do jeito como ela está, sem perguntas, sem questionamentos.⁶³

Não existe um código ou dogma de conduta aos praticantes do Candomblé, por conseguinte não existe o pecado, o que existe é uma relação entre cada um com seu orixá (santo) ou a um conjunto de orixás, que estabelece o certo e o errado, não podendo ser rompido. O Candomblé por ser associado a muitas concepções e ritos, seus praticantes se identificam como pertencentes aos chamados povos-de-santo, sendo esta receptiva a todos, independentemente da etnia ou classe social. Os rituais do Candomblé são realizados em casas ou terreiros, podendo ser patriarcal, matriarcal ou misto. Os orixás que estabelecem o que será proibido, sendo o senhor de sua mente, na qual irão determinar comportamentos.

Nesse mesmo contexto, vale ressaltar também os negros africanos que trouxeram consigo a religião islâmica, conhecida no Brasil como Malês, com dogmas diferentes defendidos pela religião oficial Católica. Esses negros na maioria sabiam ler e escrever em árabe, mesmo assim, foram submetidos a escravidão, sua religião também foi perseguida e proibida. Assim, os africanos de religião islâmica foram os grandes percussores dos movimentos negros no intuito de liberdade e pelo reconhecimento. A partir da Revolta dos Malês em 1835, a religião muçulmana passou a sofrer severas repressões. Muitos negros foram julgados e condenados à morte, outros despostos para a África. O atual número de adeptos da religião islâmica está atrelado, principalmente, a conversões de brasileiros à religião por meio de contato com muçulmanos. Os adeptos ao Islamismo encontram situações adversas para sua prática religiosa, devido diversos contextos. Assim nas poucas oportunidades procuram divulgar sua religião através da interação social, por vez, rompendo a falta de compreensão e a resistência.

Em se tratando de religiosidade de origem negra, a Umbanda é a religião de maior agrupamento de credos, originou-se no Rio de Janeiro em 1908. Zélio Fernandino de Moraes, um médium, teria incorporado o espírito do Caboclo das Sete Encruzilhadas, na qual deu início a religião⁶⁴. Nascida dentro de um Centro Kardecista, aderiu características do espiritismo, catolicismo e pela cultura africana e indígena. Esse sincretismo religioso na Umbanda teve abertura a todos os cidadãos, tendo hoje uma forte presença de brancos mesmo entre os líderes.

⁶³ CARMO, João Clodomiro do. *O que é Candomblé*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2006. p. 98.

⁶⁴ GIUMBELLI, E. Zélio de Moraes e as origens da umbanda no Rio de Janeiro. In: SILVA, V. G. (Org.) *Caminhos da alma: memória afro-brasileira*, São Paulo: Summus, 2002. p. 183-217.

O local de culto chama-se terreiro, porém, também é feito cerimônias junto a natureza. O líder do terreiro é o pai ou mãe-de-santo, seguidos dos médiuns e os ajudantes especializados. Atualmente, os terreiros estão espalhados por todo território brasileiro.

A institucionalização da umbanda, a partir da criação de federações, foi um reflexo do processo de mudança pela qual passa a sociedade brasileira. [...] a preocupação em edificar uma religião centrada na possibilidade de manifestação de espíritos oriundos das três etnias que formam a nação brasileira, foi certamente influenciada pelo intenso nacionalismo do regime de Vargas e pelo esforço de criar uma cultura nacional como base para a unificação do povo brasileiro.⁶⁵

A Umbanda é uma religião brasileira que passou a promover de maneira mais sistemática uma depuração de elementos africanos, buscando a uniformidade e a expansão do culto, que sincretiza elementos dos cultos africanos com elementos das religiões indígenas, do catolicismo e do espiritismo. Segundo Porfílio, os seguidores da Umbanda, “acreditam na imortalidade da alma, na reencarnação e no carma, além de cultuar entidades, que seriam espíritos mais experientes que guiam as pessoas”⁶⁶. A religião Umbanda, compreende da miscigenação dos santos católicos, orixás e guias espirituais, na qual os cultos são baseados na possessão, onde os médiuns entram em transe e incorporam os guias. Os guias são denominados de “entidades” sendo estas respeitadas e dão atendimento aos que necessitam ou desejam se consultar. Segundo Ortiz, “A religião umbandista fundamenta-se no culto dos espíritos e é pela manifestação destes, no corpo do adepto, que ela funciona e faz viver suas entidades”⁶⁷. Os guias são numerosos personagens retirados da realidade que transitam nas cerimônias umbandistas. Cada guia representa uma temática que deve ser desenvolvida pelo ser humano, cujo objetivo é a evolução espiritual⁶⁸. Em seus rituais não têm o sacrifício de sangue e nem o preparo da comida como elemento fundamental.

Para os seguidores da Umbanda, os orixás são espíritos evoluídos espiritualmente, sendo estes considerados superiores e que orientam um exército de espíritos inferiores que são divididos em sete linhas, onde cada linha obedece a um orixá. De acordo com Souza, as linhas estão estruturadas: “a primeira de Oxalá; a segunda de Ogum; a terceira, de Euxoce (Oxóssi); a quarta, de Xangô; a quinta de Nha-San (Iansã); a sexta de Amanjar (Iemanjá); a sétima é a

⁶⁵ OLIVEIRA, José Henrique Motta de. *Das macumbas à umbanda: uma análise histórica da construção de uma religião brasileira*. Limeira: Conhecimento, 2008. p. 109.

⁶⁶ PORFÍRIO, Francisco. Diferença entre o candomblé e a umbanda; *Brasil Escola*. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/religiao/diferenca-entre-candomble-umbanda.htm>>. Acesso em 10 mar. 2020.

⁶⁷ ORTIZ, Renato. *A morte branca do feiticeiro negro: umbanda e sociedade brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 71.

⁶⁸ ESPÍRITOS GUIAS. *Alquimia da Alma*. 2016.

linha de Santo, também chamada de Linha das Almas”⁶⁹. Esses guias são cultuados como “espíritos de luz”, com a prática da caridade aos que buscam. De acordo com Cumino, a Umbanda é “como um organismo vivo, que possibilita reconhecer sua ancestralidade na forma de uma árvore genealógica, identificando suas ‘origens’”⁷⁰. A Umbanda renova suas interpretações ancestrais, assumindo uma identidade nova.

Na concepção de Prandi,

A umbanda é a religião dos caboclos, boiadeiros, pretos velhos, ciganas, exus, pombagiras, marinheiros, crianças. Perdidos e abandonados na vida, marginais no além, mas todos eles com uma mesma tarefa religiosa e mágica que lhes foi dada pela religião de uma sociedade fundada na máxima heterogeneidade social: trabalhar pela felicidade do homem sofredor. É kardecista esta herança da prática da caridade, que no kardecismo sequer separa o mundo dos vivos do mundo dos mortos, pois estes também precisam de ajuda na sua saga em direção à luz, o desenvolvimento espiritual.⁷¹

As cerimônias da Umbanda são acompanhadas de canções e instrumentos de percussão no ritmo de cada orixá ou guia. É utilizada as vestes brancas, por ser uma cor neutra que agrada os seus superiores. Por outro lado, os trajes coloridos, os colares de contas e os pés descalços facilitam a “incorporação” e representam uma ideia de igualdade⁷². A umbanda é uma religião que oportuniza uma reflexão sobre suas formas sociais, seus saberes populares, suas práticas de cura e mazelas, sob a ética de suas magias. Para Oliveira, “a diferença mais marcante da Umbanda é a disponibilidade para aceitar a todos, vivos e mortos, do jeito que são. Nela há espaço para incorporação e a convivência das mais diversas heranças étnicas e culturais”⁷³. Os rituais umbandistas se diferem de um terreiro para o outro. O terreiro é o local onde os povos se fortalecem, independentes de sua cor, etnia ou credo. Tal sincretismo configura características de acordo com as regiões brasileiras.

As religiões afro-brasileiras Candomblé e Umbanda não têm como marco um livro sagrado, suas tradições são essencialmente orais, havendo diferenças nas designações de líderes, entidades e práticas de culto. Para Ortiz, “a Umbanda corresponde à integração das práticas afro-brasileiras na moderna sociedade brasileira; o Candomblé significaria justamente

⁶⁹ SOUZA, Leal de. *O espiritismo, a magia e as sete linhas da umbanda*. Rio de Janeiro, 1933. p. 52.

⁷⁰ CUMINO, Alexandre. *História da Umbanda: uma religião brasileira*. São Paulo: Madras, 2015. p. 33.

⁷¹ PRANDI, Reginaldo. *Os candomblés de São Paulo: A velha magia na metrópole nova*. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1991. p. 6-7.

⁷² SILVA, Carolina Gavioli Silva; COSTA, Maria de Oliveira Barra. Quem vem lá – Documentário. Juiz de Fora, 2013. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/facom/files/2013/11/MONOGRAFIA-PRONTA.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2019.

⁷³ OLIVEIRA, 2008, p. 79.

o contrário, a conservação da memória coletiva africana no solo brasileiro"⁷⁴. Cabe ressaltar que as religiões afro-brasileiras possuem organizações, filosofias, ritos, enfim, uma estrutura que as caracterizam. Apesar dos conflitos que as religiões afro-brasileiras passaram desde o surgimento, é muito importante entender e respeitar suas manifestações na sociedade. Sendo assim, as religiões afro-brasileiras vêm conquistando seu espaço e cada vez mais adeptos, contribuindo no crescimento do número de terreiros no Brasil.

O sincretismo religioso difundiu com a miscigenação e que se faz presente em todas as religiões brasileiras. A intolerância com as diversas tradições religiosas revela a ignorância da própria história. O preconceito ainda é muito grande, pois as religiões de matriz africana na perspectiva cristã hegemônica, estão associadas a religiões em que os seguidores são infiéis a Deus, sendo estas voltadas à magia negra e que praticam o mal. Muitos umbandistas preferem omitir sua religião ao invés de explicá-la devido ao preconceito. A partir da Lei 10.639/03 o currículo oficial legitima os alunos negros através do reconhecimento e da valorização de sua história, cultura e religiosidade como elementos da história brasileira. Para Santos, “é tarefa da escola fazer com que a História seja contada a mais vozes, para que o futuro seja escrito a mais mãos”⁷⁵. A partir da Lei foi acrescentado dois artigos à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tais como:

Art.26-A - Nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira. Parágrafo Primeiro- O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil. Parágrafo segundo- Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-brasileira serão ministrados no âmbito de todo currículo escolar, em especial, nas áreas Educação Artística e de Literatura e Histórias Brasileiras. Art. 79-B – O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’.⁷⁶

A Lei representa um marco importante em prol de educação antirracista e o reconhecimento das diversidades. Na concepção de Sousa, “Ser negro é tomar posse desta consciência e criar uma consciência que reassegure o respeito as diferenças e que reafirme uma

⁷⁴ ORTIZ, 1999, p. 16.

⁷⁵ SANTOS, Isabel Aparecida. A responsabilidade da escola na eliminação do preconceito racial: alguns caminhos. In: CAVALLEIRO, Eliane. *Racismo e Antirracismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Summus, 2001. p. 20.

⁷⁶ BRASIL, 1996, p. 21.

dignidade alheia a qualquer nível de exploração”⁷⁷. Para o autor, tornar-se negro é somar mecanismos de participação e de transformação na luta em busca do reconhecimento de seus direitos. Para somar à Lei, foi criado no mesmo ano a SEPPIR (Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial), a secretaria atua como os objetivos de combater a discriminação racial no Brasil. Para tanto, tais ações foram implementadas nos currículos escolares através das Diretrizes Curriculares Nacionais, em especial pelas Diretrizes de Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Tal diretriz estabelece,

Políticas de reparações voltadas para a educação dos negros devem oferecer garantias a essa população de ingresso, permanência e sucesso na educação escolar, de valorização do patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro, de aquisição das competências e dos conhecimentos tidos como indispensáveis para continuidade nos estudos, de condições para alcançar todos os requisitos tendo em vista a conclusão de cada um dos níveis de ensino, bem como para atuar como cidadãos responsáveis e participantes, além de desempenharem com qualificação uma profissão.⁷⁸

As ações afirmativas através de políticas públicas têm sido um mecanismo que contribui para a efetivação no combate às injustiças, porém há um caminho a ser percorrido, trabalhando para práticas positivas em prol de uma educação democrática. Para isso, é necessário ao Estado fazer cumprir o artigo 205 da Constituição Federal Brasileira, na qual estabelece que, “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”⁷⁹. É a partir das ações das políticas públicas que ocorrerão a correção das desigualdades raciais e sociais presentes na sociedade.

Os objetivos das ações afirmativas são: induzir transformações de ordem cultural, pedagógica e psicológica, visando a tirar do imaginário coletivo a ideia de supremacia racial versus subordinação racial e/ou de gênero; coibir a discriminação do presente; eliminar os efeitos persistentes (psicológicos, culturais e comportamentais) da discriminação do passado, que tendem a se perpetuar e que se revelam na discriminação estrutural; implantar a diversidade e ampliar a representatividade dos grupos minoritários nos diversos setores.⁸⁰

⁷⁷ SOUSA, Neuza Santos. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Neuza Santos Souza. Rio de Janeiro: Graal, 1983. p. 77.

⁷⁸ BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília/DF, SEPPIR, 2004. p. 11.

⁷⁹ BRASIL, 1988, p. 123.

⁸⁰ GOMES, J. B. B. *Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

A Lei 10.639/03 traz para a educação o compromisso de dialogar tais temáticas e de combater o racismo e os preconceitos através do conhecimento, rompendo ideias pré-concebidas. São muitas as barreiras a serem enfrentadas, como sua aplicação e a qualificação de professores. Inserir a temática da Lei é tarefa árdua, requer estudos e metodologias emancipatórias, que venham possibilitar aos alunos vontade de mudar a realidade social, devido ao histórico brasileiro de desigualdade racial que evidencia até os dias de hoje. Não podem limitar a história e a cultura afro-brasileira apenas aos dias de datas comemorativas, mas sim, focar numa educação que contemple a igualdade racial em todos os contextos da sociedade. De acordo com essa seção, a proposta de atividades 2 e 3 da seção 3.3 deste trabalho contempla a fundamentação das tradições das religiões afro-brasileiras e suas características.

2.2 Religiões Afro-Brasileiras: Intolerância e Resistência.

A sociedade brasileira formou-se de diversos elementos culturais que contribuíram para a construção de identidades e de suas relações sociais. A religião sempre esteve presente na sociedade, onde os seres humanos buscam significados para a sua existência a fim de se ressignificar. Portanto, existem diversas formas da religião se expressar. Por ser um fenômeno complexo, é impossível definir verdades absolutas, pois cada religião tem seus fundamentos e suas particularidades, sendo variável de acordo com cada tradição e cada região, que ao longo da história contribuíram para a formação da sociedade. A convivência, o entendimento e o diálogo abrem espaços para refletir e respeitar o outro. O não reconhecimento das origens das religiões, naturaliza preconceito, rótulos e estereótipos em relação à diversidade religiosa. Quando se enaltece uma religião em relação a outra, cria-se a intolerância religiosa, fato que se desenrolou ao longo da história da humanidade e que permanece na atualidade.

A experiência religiosa consiste em experimentar a presença do sagrado. Trata-se de um evento que constitui o específico da Religião. Contudo toda religião histórica o descreve recorrendo a expressões que são culturalmente condicionadas. Portanto, no plano histórico, revelam-se concepções diferentes da divindade, assim como formas rituais e sistemas de crenças profundamente diversos.⁸¹

⁸¹ MARTELLI, Stefano. *A Religião na Sociedade Pós-moderna: entre secularização e de secularização*. São Paulo: Paulinas, 1995. p. 139-140.

Com a chegada dos portugueses ao território brasileiro, houve-se a imposição da fé cristã católica através da catequização indígena, posteriormente os negros africanos. De acordo com Mariano, o Estado brasileiro “reprimiu as crenças e práticas religiosas dos índios e escravos negros e impediu a entrada das religiões concorrentes, sobretudo a protestante, em seu livre exercício no país”⁸². Já a constituição outorgada no Brasil em 1824, que vigorou durante todo o período imperial, elegeu o Catolicismo como religião oficial para o país. Apesar do mencionado anteriormente, percebe-se que a intolerância religiosa começou com a colonização portuguesa, havendo a negação da religiosidade indígena já existente e posteriormente a dos negros.

O preconceito é um julgamento negativo e prévio dos membros de um grupo racial de pertença, de uma etnia ou de uma religião ou de pessoas que ocupam outro papel social significativo. Esse julgamento prévio apresenta como característica principal a inflexibilidade, pois tende a ser mantido sem levar em conta os fatos que o contestem. Trata-se do conceito ou opinião formados antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos. O preconceito inclui a relação entre pessoas e grupos humanos. Ele inclui a concepção que o indivíduo tem de si mesmo e também do outro.⁸³

A intolerância religiosa gera comportamentos agressivos de afronta a opinião ou escolha do outro quanto a sua religião. Segundo Guimarães, “A discriminação e a intolerância são como construções humanas fundamentadas nos preconceitos e estereótipos que produzem”⁸⁴. As religiões de matriz africana no Brasil passam por variadas formas de preconceitos por não ser considerada homogênea. Após a proclamação da República a constituição do Brasil de 1891, promoveu a separação do Estado com a igreja católica e passou a considerar o Estado brasileiro como laico, ou seja, ter uma posição neutra sobre as religiões, garantindo a liberdade de crença e culto. Assim cabe aos cidadãos o direito de fazer suas escolhas e o dever de respeitar as escolhas do outro e ao Estado cabe garantir os cumprimentos legais. Nesta perspectiva, a Constituição Federal promulgada em 1988, vigente hoje, reafirmou o Estado brasileiro como laico, assegurando aos cidadãos a livre escolha ou não de religiosidade, garantido em seu Artigo 5º, incisos do VI ao VIII sobre à religião:

⁸² MARIANO, Ricardo. Análise Sociológica do Crescimento Pentecostal no Brasil. *Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, a. 43, n. 119, p. 11-36, 2011.

⁸³ GOMES, Nilma Lino. Educação e diversidade cultural: refletindo sobre as diferentes presenças na escola. In: *Superando o racismo na escola*. 2005.

⁸⁴ GUIMARÃES, Marcelo Rezende. *Um Novo Mundo é Possível*. São Leopoldo: Sinodal, 2004. p. 29.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.⁸⁵

De acordo com a Constituição, o cidadão tem a garantia de liberdade de escolher sua crença sem restrição, como também de conviver pacificamente com aqueles que professam outra religião ou com aqueles que não professam nenhuma. Para Pinho, “Liberdade é a faculdade que uma pessoa possui de fazer ou não fazer alguma coisa. Envolve sempre um direito de escolher entre duas ou mais alternativas, de acordo com sua própria vontade”⁸⁶. Cada ser humano crê no que considera essencial para o seu crescimento espiritual. A liberdade é uma determinação pessoal, mas sempre levando em conta seus limites em busca de uma harmonia social. A liberdade e a escuta de consciência são práticas de cidadania e da tolerância num Estado democrático de direito. As leis precisam existir para que as pessoas pensem antes de agirem, sendo assim o Código Penal Brasileiro em seu Art. 208, estabelece:

Art. 208 - Escarnecer de alguém publicamente, por motivo de crença ou função religiosa; impedir ou perturbar cerimônia ou prática de culto religioso; vilipendiar publicamente ato ou objeto de culto religioso: Pena - detenção, de um mês a um ano, ou multa. Parágrafo único - Se há emprego de violência, a pena é aumentada de um terço, sem prejuízo da correspondente à violência.⁸⁷

A intolerância religiosa não é recente na história da humanidade. No entanto, suas manifestações são modificadas de acordo com a sociedade. Veloso aponta que: “A educação visa desenvolver todas as potencialidades do ser humano, entre as quais está a religiosa”⁸⁸. Para tanto, trabalhar as diversas religiões não é uma tarefa fácil para os docentes. Apresentar suas multiplicidades e proporcionar experiências exige conhecimento, que muitas das vezes os docentes não estão preparados para esse universo, ou até mesmo, não querem por defender apenas o seu ponto de vista religioso como o verdadeiro. É necessário que o docente assume

⁸⁵ BRASIL, 2016, p. 13.

⁸⁶ PINHO, Rodrigo César Rebello. *Teoria geral da constituição e direitos fundamentais*. 3 ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 82.

⁸⁷ BRAIL. Artigo 208 do Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>. Acesso em: 27 fev. 2019.

⁸⁸ VELOSO, Eurico dos Santos. *Fundamentos filosóficos dos valores no ensino religioso*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 74.

seu verdadeiro compromisso ao encarar esse desafio. Mesmo a Constituição Brasileira vigente garantindo a liberdade religiosa, são comuns os casos de violências contra o negro e sua cultura.

Romper e contestar ideologias e preconceitos instituídos na sociedade brasileira, através de uma pedagogia antirracista. Isto porque, estudos recentes sobre desigualdade e pobreza no Brasil apontam que a negação da contribuição histórica dos africanos (e seus descendentes) pode ser considerada fator de exclusão e produção de desigualdade. A implementação destes dispositivos, portanto, colabora sobremaneira para o combate ao racismo e a discriminação. Além disso, representam o rompimento com o silêncio oficial sobre a questão.⁸⁹

A luta das religiões de matriz africana no Brasil é histórica. O desrespeito a estas religiões e suas divindades geram atitudes de intolerância aos praticantes. O estudo da religiosidade num contexto educativo é fundamental para o crescimento coletivo tanto para os professores quanto para os alunos, onde a reflexão promova o conhecimento das diferentes religiões e estabelece o diálogo inter-religioso e o reconhecimento das crenças individuais, ultrapassando as muralhas do preconceito, que acaba tornando intolerância religiosa na sociedade. As leis que combatem a intolerância religiosa são parte de um processo, pois o problema é histórico e cultural, necessitando uma conscientização de mudanças na mentalidade do indivíduo.

É preciso lembrar sempre que a intolerância religiosa se expressa em pequenos conflitos cotidianos, quando se desqualifica pessoas por não pensarem do mesmo modo de quem as desqualifica; ou quando se destroem locais de culto ou símbolos de religiões consideradas adversárias, inimigas, incorretas. Pior ainda quando o indivíduo se arroga o direito de qualificar a crença alheia de forma depreciativa se valendo de uma terminologia autoritária, como por exemplo, seita, pagão, não cristão, sem Deus.⁹⁰

Compreender o mundo, a sociedade e a si mesmo são competências do processo de aprendizagem. Partindo desse princípio, incluir as religiões afro-brasileiras no currículo escolar é revisitar e reescrever conceitos, revendo rotinas educacionais e práticas pedagógicas de forma a contribuir no fortalecimento de relações igualitárias na formação histórica, cultural e social do Brasil. As religiosidades de matriz africana tiveram efeitos marcantes no imaginário do povo brasileiro, sempre relacionada como religião inferior. Desconstruir conceitos e garantir direitos a um grupo de minorias envolve mudanças significativas. Com a promulgação da Lei 12.288

⁸⁹ MURINELLI, Gláucia. R. História afro-brasileira nos livros didáticos: um estudo a partir da Lei Federal 10.639/03. In: VIII *Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas*. Londrina: UEL, 2010.

⁹⁰ GABATZ, Celso. Diversidade cultural e religiosa e os desafios para uma educação inclusiva. In: *Anais do Congresso Internacional das Faculdades EST*. São Leopoldo: EST, v. 1, 2012, p. 50-63.

de 2010, em seu artigo 1º, inciso I, ampliou a defesa às religiões afro-brasileiras, considerando discriminação racial como sendo:

Toda distinção, exclusão ou preferência baseada na raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objetivo anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos, político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada.⁹¹

A escola é o lugar que deve ser construída a base de combate à intolerância e legitimar que o respeito é a essência humana. De acordo com Cunha Júnior, “Falar com respeito não implica em aderi-las ou delas pactuar, apenas consiste em ser democrático e pluralista respeitando todas as formas de valores religiosos presentes na sociedade”⁹². Nessa abordagem, a família e a educação têm importante papel nesse processo. A escola precisa reconhecer que é constituída por cidadãos diferentes e que o caminho é buscar a convivência respeitosa e que todos têm seu patamar de importância. De acordo com essas perspectivas, Silva abordada que, “Educar é ensinar a compreender, experimentar e respeitar as diferenças. O ensino e estudo responsável sobre religião devem ser multidisciplinares e multiculturais, sem valorizar, por exemplo, certos padrões que a cultura ocidental e burguesa coloca como universais e superiores”⁹³. Abordar as religiões de matriz africana será aporte de desmistificação de ideologias.

Uma das formas de resistência negra que consideramos das mais eficazes no sentido de garantia da permanência deste grupo étnico-racial no cenário nacional são as religiões de matrizes africanas. Nestes territórios geográficos e simbólicos a composição cultural que os define enquanto religião inclui não apenas aspectos estritamente ritualísticos, mas também aspectos materiais relacionados à indumentária, culinária, arquitetura e logística; outros de caráter mais ou menos material como a língua, musicalidade; e outros mais sutis como a preservação da tradição da oralidade, dos modos de agir, ser, tratar, comportar-se.⁹⁴

É muito comum a alunos não declararem seu pertencimento religioso, principalmente os adeptos de matrizes africanas. De acordo com Fonseca, “a negação ao pertencimento das religiões de base africana são resquícios de um período em que os adeptos

⁹¹ BRASIL. Decreto de Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Aprovado em 20 de junho de 2010; Brasília, 20 de julho de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

⁹² CUNHA JUNIOR, 2009, p. 97.

⁹³ SILVA, Eliane Moura. Religião, diversidade e valores culturais: Conceitos teóricos e a educação para a cidadania. *Revista de estudo da religião*, n. 2, p. 9, 2004.

⁹⁴ WILLEMANN, Estela; LIMA, Guiomar de. O preconceito e a discriminação racial nas religiões de matriz africana no Brasil. *Revista UNIABEU*, v. 3, n. 5, set/dez, 2010.

dessas religiões não podiam expressar suas práticas e ritos livremente”⁹⁵. A prática intolerante nega o outro, exclui e causa mal. Com isso, o diferente não será aceito, sendo repellido para as margens da sociedade. Os discursos sobre a religiosidade afro-brasileira devem proporcionar o conhecimento sem valorizar uma religião em detrimento de outras. As políticas sócio-educacionais são relevantes para proteger o estabelecimento de uma cultura de tolerância.

Por outras palavras, o conhecimento deve gerar transformação, isto é, toda a informação educacional que foi obtida e apreendida a priori, precisa ser capaz de gerar uma transformação no modo de pensar e agir dos indivíduos perante as questões relativas à liberdade de religião, notadamente no tocante ao dever de respeito e tolerância para com o outro que professa uma crença diferente.⁹⁶

São muitos os conflitos em nome da religião, a temática requer iniciativas de políticas públicas em defesa à vida e à liberdade de expressão e pelo reconhecimento da diversidade religiosa na sociedade. O Brasil tem como essência sua diversidade construída ao longo dos séculos por várias etnias que trouxeram consigo seus valores e crenças. É necessário a educação sobre as diversas religiões. E a escola tem um papel fundamental para o processo de formação, transformação e conscientizando, a fim de preservar a liberdade e o respeito à religião do outro. O diálogo religioso é um desafio para a humanidade, mas é primordial, pois seu processo contribui para o reconhecimento da diversidade como elemento fundamental para a paz e o progresso da humanidade. O conhecimento das religiões afro-brasileiras contribui para a compreensão da diversidade étnico religiosa.

A escola como espaço democrático, reconhece as diferenças e trabalha em prol de uma educação cidadã. Partindo desse contexto, será apresentado o município de Alegre - ES, que se encontra ao sul do Estado do Espírito Santo, cidade do interior, com uma diversidade cultural muito grande, devido sua formação. Saber a história local, significa resgatar e preservar tradições de povos que se fazem presentes na sociedade. É fundamental mostrar aos educandos a riqueza cultural que o município tem e que está se perdendo com o passar do tempo. O professor tem uma missão colaborativa e reflexiva, tornando a aprendizagem mais próxima da realidade dos educandos, de forma mais significativa para preservar a cultura local, através de práticas efetivas de reconhecimento e pertencimento, que seja contemplado nos componentes curriculares, através do Projeto Político Pedagógico da instituição escolar. Neste sentido a

⁹⁵ FONSECA, Alexandre Brasil. Relações e privilégios: estado, secularização e diversidade religiosa no Brasil. Rio de Janeiro: Novos Diálogos, 2011. p. 132.

⁹⁶ PEREIRA, Luciano Meneguetti. Educação em direitos humanos: a necessidade de uma cultura de respeito à liberdade religiosa na América Latina. *Revista Fides*, v. 8, n. 1, p. 49-73, jan./jun., 2017. p. 67.

pesquisa apresentará dados sobre como tem sido abordado as religiões afro-brasileiras no município, na perspectiva das aulas de História a partir da Lei 10639/03. No final, será apresentado algumas propostas de aulas para tais ações pedagógicas envolvendo as religiões afro-brasileiras. Em diálogo com essa seção, a proposta de atividades 3 da seção 3.3 deste trabalho, irá conhecer as religiões afro-brasileiras e identificá-las como elemento de resistência cultural no Brasil.

2.3 O Ensino de História e a Religiosidade Afro-Brasileira

No Brasil desde o início da colonização o ensino de História, fazia-se da reprodução dos moldes europeus, de forma mecanizada e fundamentada num estudo passivo, cabendo ao professor apenas o relato dos fatos, dos heróis e das datas comemorativas, havendo o distanciamento do objeto estudado, na qual preservava a memória política e cultural hierarquizada sem ser problematizada ou questionada, separando o passado do presente. A partir do século XX houve uma mudança na epistemologia da História enquanto Ciência, numa concepção que procura valorizar a interdisciplinaridade, a pluralidade nas relações político-sociais e suas subjetividades. Sobretudo, a partir da Escola dos *Annales*, onde a investigação passa ser o processo histórico de forma dinâmica e contínua na construção do conhecimento.

Segundo a concepção de Aranha,

A história resulta da necessidade de reconstruirmos o passado, relatando os acontecimentos que decorreram da ação transformadora dos indivíduos no tempo, por meio da seleção (e da construção) dos fatos considerados relevantes e que serão interpretados a partir de métodos diversos.⁹⁷

Na abordagem de Aranha, o conhecimento histórico torna-se hermenêutico, não como uma verdade absoluta, mas uma leitura de ações e interações humanas através do tempo. Para tanto, a História deixa de ser uma narrativa do passado sobre uma visão eurocêntrica e torna-se uma ciência social coletiva com lócus na produção humana, numa perspectiva dialógica, onde os fatos históricos são construídos por vários olhares, compreendendo os processos de mudanças dentro da sociedade composta por uma enorme diversidade. Segundo Bezerra, “O sujeito histórico, que se configura na inter-relação complexa, duradoura e contraditória entre as

⁹⁷ ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da Educação e da Pedagogia Geral no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2006. p. 20.

identidades sociais e as pessoais, é o verdadeiro construtor da História”⁹⁸. Educar-se nessa nova visão é fazer a interlocução entre o passado e o presente através da memória viva e coletiva. A História contribui para a formação humana voltada a valores fundamentais para a vida em sociedade.

Nessa compreensão, Oriá argumenta que,

Consideramos que a escola e, em particular o ensino de História, tem um papel fundamental nesse processo. É ela, em última instância, o lócus privilegiado para o exercício e formação da cidadania, que se traduz, também, no conhecimento e na valorização dos elementos que compõem o nosso patrimônio cultural. Ao socializar o conhecimento historicamente produzido e preparar as atuais e futuras gerações para a construção de novos conhecimentos, a escola está cumprindo seu papel social.⁹⁹

A História enquanto disciplina precisa ser efetivada, onde o educando possa compreender a importância da reflexão, das experiências, para formar cidadãos plenos e emancipados. Nos currículos escolares, tornou-se necessário abordagens nos diversos contextos: sociais, éticos, moral, cultural e temporal nas relações pessoais e impessoais, interligando o passado com o presente. Na sociedade atual, há necessidade de profissionais atualizados e motivados para atuar novas práticas educativas para o ensino de História, onde os educandos estabeleçam relações contínuas na construção do conhecimento. É necessário alterar modelos tradicionais e buscar novas alternativas para as práticas pedagógicas, diante do mundo totalmente globalizado em que as informações se fazem presentes no cotidiano dos alunos.

De acordo com Schimdt e Cainelli

A sala de aula não é apenas o espaço onde se transmite informações, mas o espaço onde se estabelece uma relação em que os interlocutores constroem significados e sentidos. Trata-se de um espetáculo impregnado de tensões, no qual torna-se inseparável o significado entre a relação entre teoria e prática, entre o ensino e a pesquisa.¹⁰⁰

O ensino da História tem que ser democrático, qualitativo e objetivando a pluralidade. É preciso aprender a pensar historicamente, saber argumentar, levantar hipótese, questionar, defender ideias e trocar experiências sobre o conhecimento já produzido pela humanidade na sociedade ao longo do tempo. Estudar o passado não significa aceitar o que foi

⁹⁸ BEZERRA, Holien G. Estudo de história: conteúdos e conceitos básicos. In: KARNAL, Leandro. (Org.). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 45.

⁹⁹ ORIÁ, Ricardo. Memória e ensino de História. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). *O saber histórico na sala de aula*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998. p. 130.

¹⁰⁰ SCHMIDT, M. A.; CAINELLI, M. *Ensinar história*. São Paulo: Scipione, 2009. p. 31.

escrito, mas diferenciar e reconstruir fatos ocorridos. Compreender a sociedade, as relações culturais e a si mesmo é uma das competências do processo ensino aprendizagem. A escola deve desenvolver saberes que garantam a igualdade. O ensino da História na análise de Schmidt; Barca e Martins, deve funcionar como “fonte de arbitragem nos conflitos e como objetivos que orientam a ação”¹⁰¹. Nesta abordagem, o passado deve ser interrogado a partir de questões que interferem o cotidiano, para que não seja apenas uma disciplina com acúmulos de informações.

Para Karnal, a disciplina de História deve,

Tomar como referência no estudo questões sociais e culturais, assim como problemáticas humanas que fazem parte de nossa vida, temas como desigualdades sociais, raciais, sexuais, diferenças culturais, problemas materiais e inquietações relacionadas a como interpretar o mundo.¹⁰²

A educação brasileira se constituiu pautada na ausência da história do negro. As lutas por uma educação plural e inclusiva que reconheça a importância dos afrodescendentes tiveram como afirmação os movimentos organizados dos negros da sociedade civil, que culminaram com a promulgação da Lei 10.639/03, que estabelece o estudo da história e a cultura afro-brasileira e africana nos currículos da educação básica. Para Bakker, “essa é uma mudança significativa em termos de posicionamento político e marca o processo de gestão desse segundo projeto de nação que vem repercutir, para além dos meios de militância nos dias de hoje”¹⁰³. A disciplina de História tem um importante papel nessa temática, pois a questão à diferença na educação não é algo novo, trabalhar com essas diferenças constitui uma das funções da escola. Nesse sentido, a vivência dos alunos deve ser problematizada principalmente sobre a religiosidade.

Para Cunha Jr.,

A escola não deve fazer proselitismo de nenhuma religião. Não deve fazer propaganda religiosa visando a afirmação de uma ou outra religião ou a conversão de pessoas. Neste sentido, falar de Umbanda e Candomblé nas escolas deve ser na direção de esclarecimento sobre a importância destas na cultura brasileira e também no sentido de combater os preconceitos e racismos contra a população e a cultura negra. O racismo antinegro tomou em parte o sentido religioso e pode ficar expresso pela

¹⁰¹ SCHMIDT, 2009, p. 55.

¹⁰² KARNAL, L. (Org.). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 24.

¹⁰³ BAKKE, Rachel R. B. *Na escola com os orixás: o ensino das religiões afro-brasileiras na aplicação da lei 10.639*. 2011. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011. p. 8.

denominação da cultura negra e das religiões de base africana. Dizer que Umbanda e Candomblé são coisas do demônio faz parte desta forma de racismo.¹⁰⁴

Cunha afirma que a prática de racismo contra as religiões de matriz africana se faz presente nas escolas de todas as regiões do país. E que esse preconceito gera violência física, verbal, psicológicas entre outras e se manifesta através de brincadeiras e xingamentos. As religiões de matriz africana contribuíram na formação da religiosidade do Brasil. Portanto, os elementos da cultura brasileira, devem ser respeitados e valorizados pela sociedade como um todo. Estudar a cultura afro-brasileira a partir da religiosidade é assegurar a preservação de tradições e costumes que foram negados e silenciados nos currículos escolares por muitos anos. Segundo Gomes, “é preciso colocá-lo no contexto do racismo ambíguo brasileiro e do mito da democracia racial e sua expressão na realidade social e escolar, ou seja, o silêncio parte-se de algo que se sabe, mas não se quer falar ou é impedido de falar”¹⁰⁵. É preciso romper esse silêncio e reconhecer que foi crime a escravidão de seres humanos. A Base Nacional Comum Curricular de Educação de 2017, vem reafirmando tais ações:

A inclusão dos temas obrigatórios definidos pela legislação vigente, tais como a história da África e das culturas afro-brasileira e indígena, deve ultrapassar a dimensão puramente retórica e permitir que se defenda o estudo dessas populações como artífices da própria história do Brasil. A relevância da história desses grupos humanos reside na possibilidade de os estudantes compreenderem o papel das alteridades presentes na sociedade brasileira, comprometerem-se com elas e, ainda, perceberem que existem outros referenciais de produção, circulação e transmissão de conhecimentos, que podem se entrecruzar com aqueles considerados consagrados nos espaços formais de produção de saber. Problematicando a ideia de um ‘Outro’, convém observar a presença de uma percepção estereotipada naturalizada de diferença, ao se tratar de indígenas e africanos. Essa problemática está associada à produção de uma história brasileira marcada pela imagem de nação constituída nos moldes da colonização europeia.¹⁰⁶

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as escolas têm como desafio lidar com as diversidades e as desigualdades, para isso, precisam fazer voz e atender às necessidades urgentes das culturas silenciadas. De acordo com Ferraço, “pensar os currículos de uma escola implica, então, viver seu cotidiano, o que inclui, além do que é formal, e tradicionalmente estudado, toda a dinâmica das relações estabelecidas”¹⁰⁷. Tendo em vista tal

¹⁰⁴ CUNHA JUNIOR, H. Candomblé: como abordar esta cultura na escola. *Revista Espaço Acadêmico (UEM)*, v. 102, p. 98, 2009.

¹⁰⁵ GOMES, Nilma Lino. Relações Étnico-raciais, Educação e Descolonização dos Currículos. *Revista Currículo Sem Fronteira*, v. 12, n. 1, p. 98-109, Jan/Abr. 2012. p. 8.

¹⁰⁶ BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: *Educação é a base*. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017. p. 401.

¹⁰⁷ FERRAÇO, C. E. Pesquisa com o cotidiano. *Educação & Sociedade: Revista de Ciência da Educação*, Campinas, v. 28, n. 98. p. 73-95, jan./abr. 2007. p. 75.

complexidade, a inserção da religiosidade afro-brasileira nas escolas expõe o cerne do preconceito arraigado no espaço educacional. Nesta perspectiva, a escola ao elaborar o Projeto Político Pedagógico deve levar em consideração a realidade local na qual está inserida como prática propulsora de imparcialidade. Para Bentes, “Cada pessoa, por outro lado, tem o direito a que a sua cultura seja respeitada tanto por outras pessoas como pelas autoridades”¹⁰⁸. No tanto, ensinar uma cultura que historicamente é oprimida não é uma tarefa tão simples de ser desenvolvida.

Na concepção de Caudau,

As diferenças culturais - étnicas, de gênero, orientação sexual, religiosas, entre outras se manifestam em todas as suas cores, sons, ritos, saberes, sabores, crenças e outros modos de expressão. As questões colocadas são múltiplas, visibilizadas principalmente pelos movimentos sociais, que denunciam injustiças, desigualdades e discriminações, reivindicando igualdade de acesso a bens e serviços e reconhecimento político e cultural. No âmbito da educação também se explicitam cada vez com maior força e desafiam visões e práticas profundamente arraigadas no cotidiano escolar. A cultura escolar dominante em nossas instituições educativas, construída fundamentalmente a partir da matriz político-social e epistemológica da modernidade, prioriza o comum, o uniforme, o homogêneo, considerados como elementos constitutivos do universal. Nesta ótica, as diferenças são ignoradas ou consideradas um ‘problema’ a resolver.¹⁰⁹

É preciso que as escolas elaborem ações que orientem os/as professores/as, a fim de viabilizar à contribuição religiosa e cultural dos afro-brasileiros, criando um ambiente harmonioso, onde todos possam conviver de forma respeitosa. Segundo Amado, “redescobrir a importância das religiões afro-brasileiras supõe ter clareza quanto ao seu objeto de estudo que lhe é inerente”¹¹⁰. É importante ressaltar que há diferentes formas de religiosidade afro-brasileira, podendo variar de acordo com as regiões. O/a professor/a pode explorar diversas metodologias para trabalhar tal temática, onde educador e educando aprendem juntos. O respeito a diversidade não se desenvolve somente por estudos de textos ou análise de filmes, é preciso ir além. A experiência e a vivência com o concreto contribuem para uma sociedade mais humanizada.

Ao se decretar uma Lei que torna obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira foi preciso buscar os conteúdos dessa história, seus símbolos. Nesse cenário, as religiões afro-brasileiras migram para o ambiente escolar como conteúdo de uma herança africana porque em suas constituições históricas, no interior do campo religioso brasileiro, acionaram discursos legitimadores de suas práticas que tocavam a questão identitária, o candomblé como ‘a África que sobreviveu no Brasil’, e a umbanda ‘como a expressão religiosa da nação imaginada’. Esse processo de migração, como vimos, não é tranquilo, pelo contrário, acrescenta ao preconceito

¹⁰⁸ BENTES, Nilma. *Aspectos da trajetória da população negra no Pará*. Belém: UFPA/GEAM, 2013. p. 60.

¹⁰⁹ CANDAU, 2011, p. 2.

¹¹⁰ AMADO, Wolmir. *Religião e negritude*. In: *A religião e o negro no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1989. p. 7.

étnico-racial o elemento de intolerância religiosa, e carrega para a escola os conflitos existentes nesse campo religioso, como as disputas de ‘pureza’ entre candomblé e umbanda, por exemplo.¹¹¹

Sabe-se da necessidade da preservação do Estado laico brasileiro, entretanto, as religiões afrodescendentes devem ser conteúdo curricular das escolas, com objetivo de promover conhecimento e ações de combate ao preconceito e a intolerância. É necessário rever as injustiças que perpetuaram por muitos anos, pois acreditamos que a escola é um ambiente de transformação, e com ações mais humanizadas, mudará concepções pré-estabelecidas. Portanto, educar para a tolerância é pilar fundamental para uma transformação social. As religiões afro-brasileiras serão melhores compreendidas no momento em que todos entenderem o processo histórico que a constituiu. E o professor de História contribuirá para tal prática educacional. Conhecer e respeitar é quebrar paradigmas de exclusão de tradições religiosas de diferentes etnias.

Nas concepções de Schimidt e Cainelli, a sala de aula,

Não é apenas o espaço onde se transmite informações, mas o espaço onde se estabelece uma relação em que os interlocutores constroem significados e sentidos. Trata-se de um espetáculo impregnado de tensões, no qual torna-se inseparável o significado entre a relação entre teoria e prática, entre o ensino e a pesquisa.¹¹²

Há muito a ser feito para as consolidações das culturas afro-brasileiras, principalmente quando a temática for a religiosidade. Acreditamos na desmistificação do tema quando estudados a partir da história com objetivos diferenciados que valorizem as múltiplas culturas. Para Munanga, “a cultura da qual nos alimentamos quotidianamente é fruto de todos os segmentos étnicos que, apesar das condições desiguais nas quais se desenvolvem, contribuíram cada um de seu modo na formação da riqueza econômica e social e da identidade nacional”¹¹³. Desse modo, a inclusão dessa temática é um reconhecimento dos avanços de persistência no cenário brasileiro de intolerância religiosa. Os jogos educativos são uma forma dinâmica de trabalhar a aprendizagem, neste sentido, a proposta 6 da seção 3.3 deste trabalho, têm alguns jogos que poderão ser confeccionados e jogados nas aulas de História, contribuindo com a interação, a colaboração e a de troca de experiências em grupos; como forma de romper preconceitos.

¹¹¹ BAKKE, 2011, p. 205-206.

¹¹² SCHIMDT, 2004, p. 31.

¹¹³ MUNANGA, Kabengele (Org.). *Superando o Racismo nas escolas*. 2 ed. rev. Brasília: Ministério da Educação - Secretaria de Educação, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 16.

3 RELIGIOSIDADE AFRO-BRASILEIRA NO MUNICÍPIO DE ALEGRE: UMA EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

O município de Alegre - ES localizado ao sul do Estado do Espírito Santo, teve como origem meados do século XIX, com uma pequena povoação na então fazenda de Antônio de Paula Mageste, que construiu uma capela dedicada a Santo Antônio. Nas palavras de Bravo, “a povoação crescia, as fazendas implantadas floresciam e o progresso continuavam a atrair novos colonos”¹¹⁴. O arraial desenvolvia com bastante intensidade, chegando colonos e mão-de obra de várias localidades. A riqueza do cultivo do café e a mão-de-obra negra escrava impulsionaram o progresso. Havia pluralidade cultural e religiões afro-brasileiras se instalaram, gerando um grande número de terreiros no município. Neste capítulo abordará um pouco mais sobre o município de Alegre - ES e apresentará os dados de uma pesquisa realizada com professores da região em 2019.

3.1 Apresentação do município, dados da pesquisa e resultados

O município de Alegre - ES foi elevado à categoria de município em 6 de janeiro de 1891, conhecida como Cidade Jardim e segundo os dados atuais do IBGE, o município é composto por 30.768 habitantes, distribuídos em seis distritos, mais a sede, compondo-se por uma diversidade étnica e religiosa que marca a pluralidade da região. A história do município de Alegre - ES, ressalta a cultura do povo através de melhorias ao longo dos anos. No campo educacional aos poucos foram surgindo as escolas urbanas e rurais e a implantação do ensino superior no município para a formação de profissionais. A Faculdade de Ciências e Letras de Alegre (FAFIA) é uma Instituição de Ensino Superior, organizada como Autarquia Municipal com autonomia administrativa e financeira, sendo vinculada ao Sistema Estadual de Ensino. A FAFIA foi criada em 1967, iniciando seu funcionamento em 1973, onde é formadora de cursos técnicos, licenciaturas e pós-graduação *lato sensu*, que capacitam a maioria dos professores da região e dos municípios vizinhos. Como a pesquisa contempla os professores de História, cabe destacar que o curso de licenciatura em História desta instituição foi reconhecido no ano de 1997 e continua em funcionamento.

Também foi criado no município a Escola Superior de Agronomia do Espírito Santo (ESAES) passando a funcionar em 18 de março de 1971, e em 08 de dezembro de 2011 passou

¹¹⁴ BRAVO, Carlos Magno Rodrigues. *Nossas Raízes*. O Alegre até o ano de 1920: fatos e bibliografias. Alegre: Fundação Banco do Brasil, 1998. p. 21.

a denominar-se Universidade Federal do Espírito Santo (CAUFES), ofertando cursos nas áreas de engenharias, ciências, licenciaturas, bacharelados e *stricto sensu* com programas de mestrado e doutorado. A Universidade Federal do Espírito Santo é uma instituição autárquica vinculada ao Ministério da Educação (MEC), com autonomia didático-científica que atua com base no princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, com vocação para atuar em todas as áreas do saber¹¹⁵. A instituição também é colaboradora na formação de profissionais do município.

Em 1962 foi criada a Escola Agrícola em Alegre - ES, sendo substituída para denominação de Escola Agrotécnica Federal de Alegre (EAFA). Sofrendo mudanças administrativas, o governo agregou a EAFA como Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas.¹¹⁶ A instituição atende o ensino médio técnico integrado, Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) e ensino superior em tecnólogo, licenciatura, bacharelado e *stricto sensu* com programas de mestrado. Além disso, o município contempla polos de faculdades de outros estados na modalidade de estudo a distância, com cursos técnicos, superiores e pós-graduação *lato sensu*.

O município de Alegre - ES investe em cultura, e desde de 1979 criou a Casa de Cultura, com objetivo de incentivar e manter a cultura dos alegrenses. Em 1980 fundou o museu histórico da cidade, sendo hoje denominado de Instituto Histórico e Geográfico de Alegre, identificado pela sigla IHGA, o instituto é uma associação civil de caráter cultural e científico, sem fins lucrativos. O IHGA tem como função manter arquivos, bibliotecas e museus especializados em assuntos do município, cujo objetivo principal é preservar a memória histórica e cultural da localidade. Há também o Teatro Municipal, um espaço utilizado para realização de eventos culturais no município.

A Prefeitura Municipal Alegrense administra a Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte como pasta única, criada com o objetivo de estimular e promover políticas públicas afirmativas para preservar as manifestações artísticas e culturais locais, oportunizando o acesso à cultura em suas mais variadas formas, através das Festas Religiosas Católicas, *Fest Gospel Evangélico*, *Festival de Música de Alegre*, Carnaval, *Boi Pintadinho*, *Caxambu*, Capoeira, Folia

¹¹⁵ BRASIL. Universidade Federal Do Espírito Santo. *História*, Vitória.

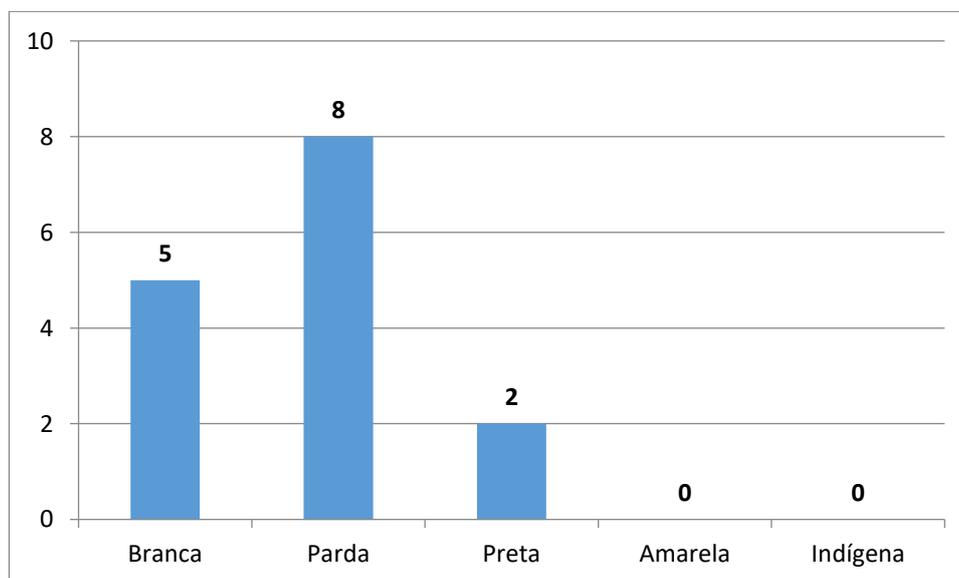
¹¹⁶ BRASIL. Instituto Federal do Espírito Santo. *Histórico do Campus de Alegre*. Vitória. 11 de Fev. de 2016.

de Reis, Feiras Artesanais, entre outras. A secretaria promove realizações de projetos que abrangem as áreas urbana e rural do município, integrando as comunidades através de organizações populares.

Na educação básica, o município contempla sete escolas estaduais – sendo uma de tempo integral – ofertando a modalidade Ensino Fundamental I, II e Ensino Médio. Tem duas escolas particulares da Educação Infantil ao Ensino Fundamental II, uma escola particular de Educação Infantil ao Ensino Fundamental I, um Instituto Federal com Educação Básica e Profissionalizante, PROEJA e Ensino Superior. Apresenta nove escolas municipais de Ensino Fundamental I, dez escolas municipais de Educação Infantil da Creche a Pré-escola, uma escola APAE (fundada em 1977, que atende alunos de necessidades especiais no contra turno das escolas regulares) e duas Escolas de Língua Inglesa particulares. Conhecido um pouco do cenário educacional da região, serão apresentados os resultados da pesquisa com os professores de História do município de Alegre - ES.

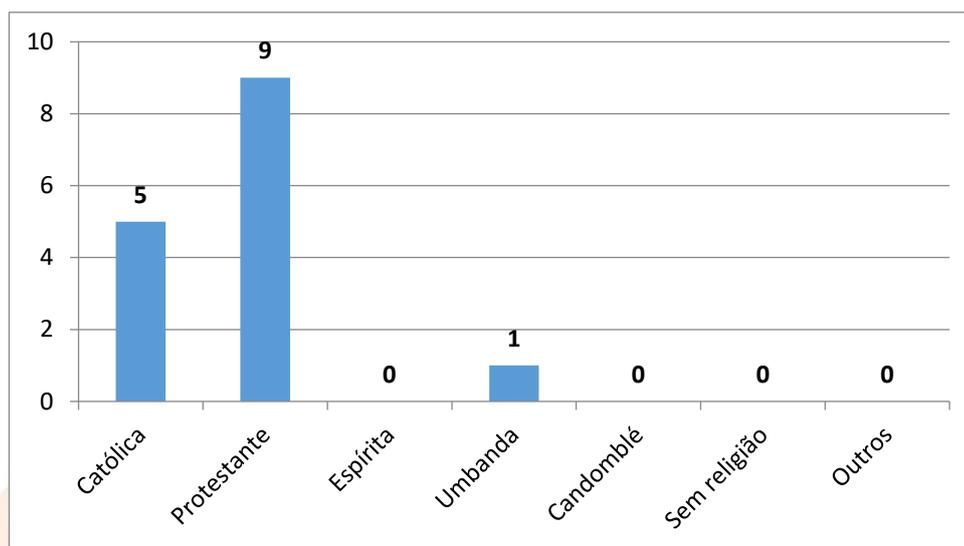
A pesquisa contou com a colaboração de 15 profissionais da educação, todos professores de História, de ambos sexos do município de Alegre - ES, de escolas públicas e particulares. A pesquisa tem como objetivo principal compreender o perfil dos professores e como tem sido trabalhado em sala de aula a religiosidade afro-brasileira na disciplina de História, visto que, as escolas do município apresentam uma grande diversidade religiosa e tem histórico de intolerância. Os dados apresentados a seguir foram coletados em forma de questionário individual e serão apresentados em forma de gráfico.

Gráfico 1- Cor Autodeclarada



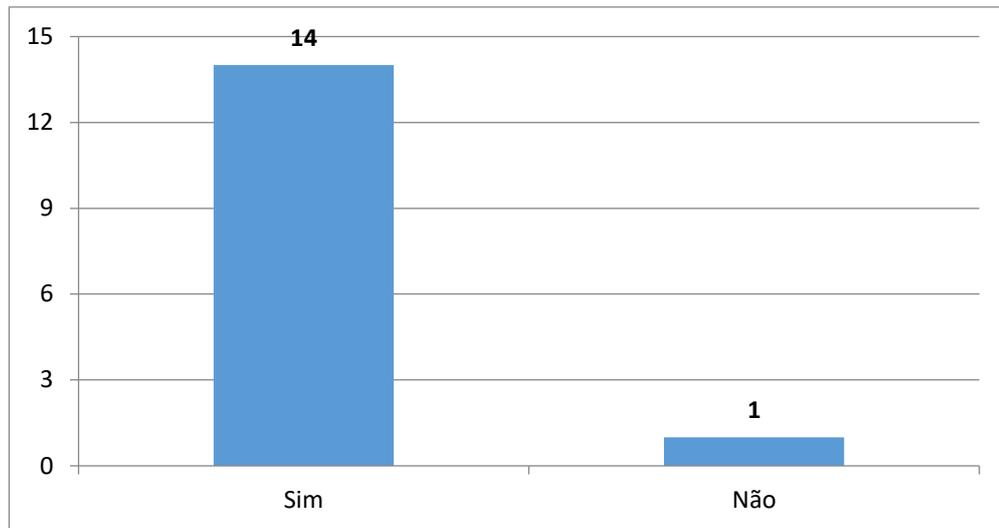
No gráfico 1, observa-se que 8 dos professores que responderam o questionário se autodeclararam da cor parda, 5 na cor branca e 2 na cor preta. Partindo do pressuposto da miscigenação do povo brasileiro, os professores retratam a realidade do município de Alegre, com uma identidade cultural muito variada da colonização do Brasil.

Gráfico 2- Qual a sua Religião?



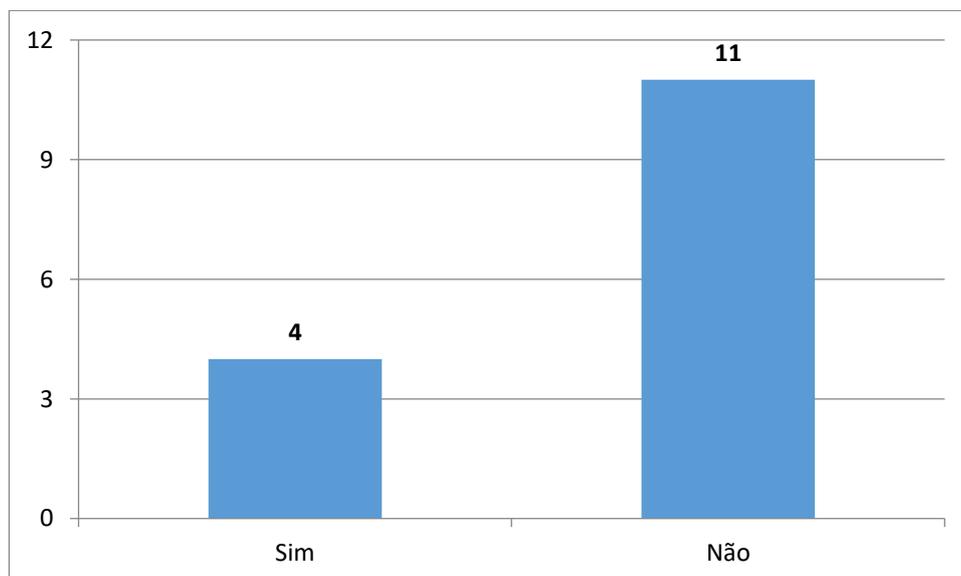
Já o gráfico 2, ao abordar sobre a sua religião, indica que 9 dos professores se declararam Protestantes, 5 Católicos, 1 Umbanda. Tais dados, mostram uma diversidade cultural e religiosa dos professores de História do município. Os anos de efetivo trabalho na disciplina de História também variam, sendo 3 professores com menos de 5 anos, 4 professores estão entre 6 a 10 anos, 4 professores entre 11 a 15 anos, 3 professores entre 16 a 20 anos e 1 professor com mais de 20 anos. A diferença de tempo de trabalho é um dado relevante, pois, novos conhecimentos, novas metodologias e as novas tecnologias podem influenciar marcadamente na docência. Esses fatores precisam estar sempre atualizados para que o desenvolvimento da aprendizagem seja significativo.

Gráfico 3- Você conhece a Lei 10.639/03?



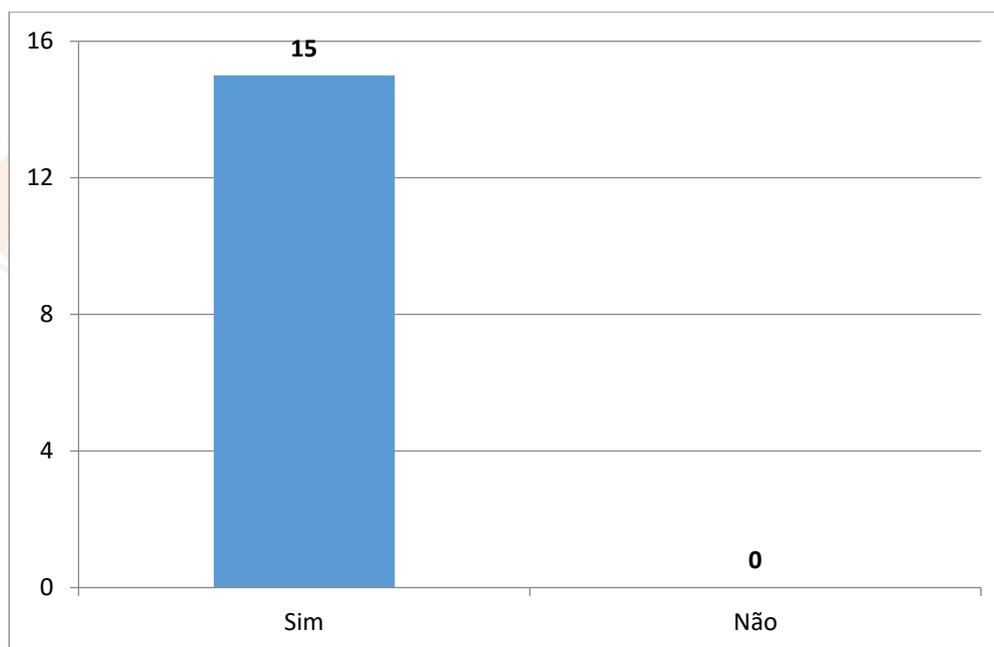
Analisando o gráfico 3, apenas um professor(a) respondeu não conhecer a Lei 10.639/03, e este, não estaria no grupo dos iniciantes no magistério. Os demais disseram conhecer a Lei e destacam a importância do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana no Brasil. São temas que deverão compor o currículo escolar para as aulas de História para garantir uma ressignificação e valorização cultural aos descendentes de matrizes africanas que formam a diversidade cultural brasileira. Os professores exercem um importante papel no processo da luta contra o preconceito e a discriminação racial no ambiente escolar.

Gráfico 4- Você já participou de alguma formação sobre a Lei 10.639/03?



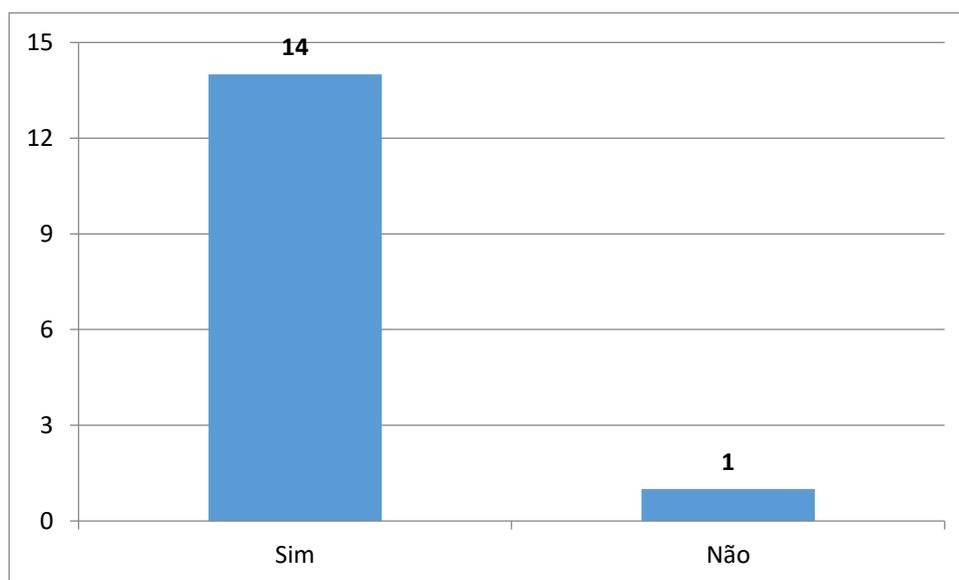
Já o gráfico 4, ao perguntar sobre a formação continuada sobre a temática, 11 dos professores que responderam o questionário, nunca participaram de formação sobre a Lei 10.639/03. Apenas 4 professores já participaram ao menos uma vez durante os anos de trabalho de formação sobre a Lei. Percebe-se que os educadores necessitam aprimorar seu universo de conhecimento, buscar formação e informações para superar o que não conhecem e, ao mesmo tempo, destaca-se a responsabilidade no Município e Estado em promover formação continuada para seus quadros. Existem temáticas obrigatórias nos currículos de História e deveriam ser trabalhos a contento na escola. Existe uma Lei que assegura tal obrigatoriedade, mas por falta de conhecimento e abordagem da temática na formação, pode vir a ser ineficiente no combate à intolerância religiosa.

Gráfico 5- Você acha que existe preconceito religioso dentro do ambiente escolar?



No gráfico 5, os 15 professores responderam que consideram que existe preconceito religioso dentro do ambiente escolar e para combater o preconceito e a intolerância, consideram importante o estudo da história da religiosidade afro-brasileira na disciplina de História, para que os estudantes possam reconhecer e valorizar a si mesmo e o outro.

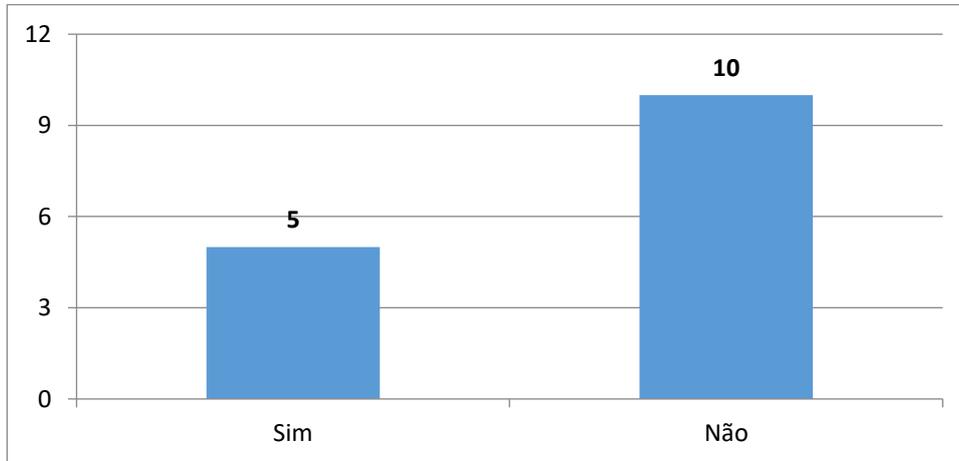
Gráfico 6- considera o Candomblé e a Umbanda como religião?



De acordo com a informação do gráfico 6, 14 dos professores que participaram das entrevistas, consideram o Candomblé e a Umbanda como religião, com manifestações culturais recheadas de rituais e memórias, que através do culto conseguem ter contato com o Supremo, assim, como as demais religiões do povo brasileiro. Mas, 1 professor(a) não reconheceu o Candomblé e a Umbanda como religião, por considerar que ambas prestam cultos a outros deuses ou divindades, não sendo prática religiosa e sim meramente rituais. Diante dos dados apresentados, há necessidade de buscar conhecimento sobre a temática, uma vez que rituais são manifestações culturais presentes em outras religiões brasileiras.

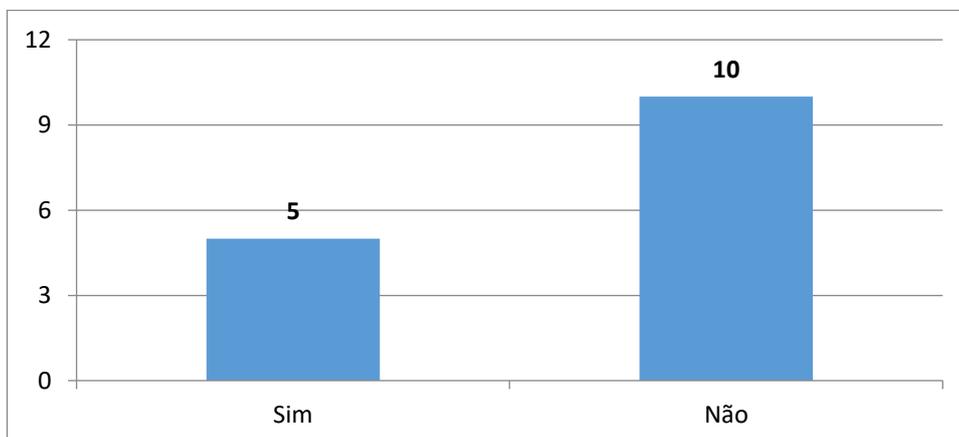
Ainda sobre o gráfico 6, os professores que reconhecem o Candomblé e a Umbanda como religião, trabalham na sala de aula a temática com bastante cautela, devido ao preconceito já enraizado. Os professores identificam a importância da introdução desses temas nas aulas de História, e o tema é abordado de forma sistemática durante o ano letivo, através de vídeos, textos, imagens, filmes, músicas e depoimentos dos próprios alunos através de roda de conversas sempre que o tema estudado proporcionar relação para tal abordagem. Assim, os alunos conseguirão entender a diversidade cultural e relacioná-la com a formação histórica do povo brasileiro. O(a) professor(a) que não reconhece o Candomblé e a Umbanda como religião, disse que, nunca trabalhou o assunto em suas aulas de História.

Gráfico 7- Você já programou algum tipo de visita aos locais históricos das religiões de matriz africana?



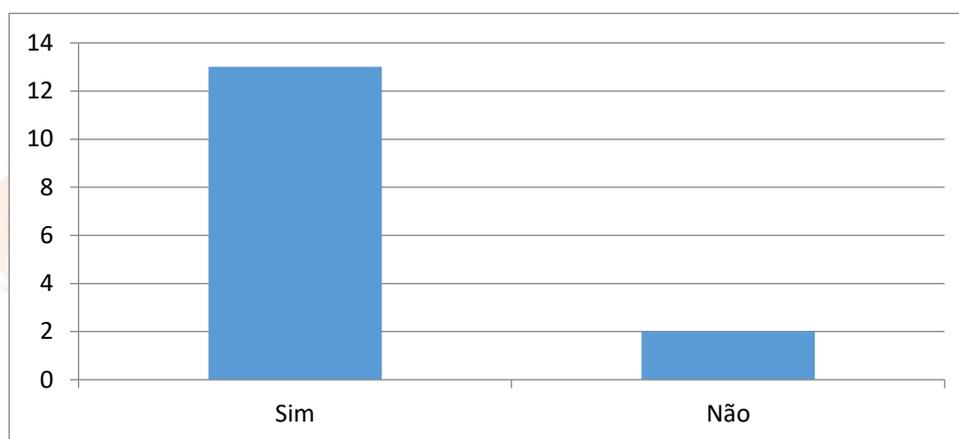
De acordo com os dados do gráfico 7, observa-se que apenas 5 dos professores já programaram algum tipo de visita aos locais históricos das religiões africanas, sendo que 10 professores informaram que não planejaram por receio da reação das famílias. Outro dado relevante que merece análise é que os professores que já programaram visitas, estavam envolvidos em projetos interdisciplinares em datas específicas ao período da consciência negra em comunidades quilombolas, pois, os professores consideraram o espaço de grande conhecimento e de melhor aceitação das famílias. Apenas um(a) professor(a) dentro deste grupo de 5 professores, visitou um terreiro de Candomblé com a turma. Mesmo assim, os professores preferem trabalhar as temáticas dentro da sala de aula, sempre relacionando o conteúdo com a vivências dos alunos, como forma de resgatar a história cultural do povo brasileiro de forma a combater o preconceito enraizado.

Gráfico 8- Você já utilizou algum tipo de filme ou documentário para trabalhar o tema das religiões em sua aula?



De acordo com o gráfico 8, três dos professores que responderam o questionário disseram nunca ter usado filme ou documentário como metodologia para trabalhar o tema das religiões afro-brasileiras em suas aulas e também não justificaram suas respostas. Somente 5 dos professores disseram ter selecionado filmes ou documentários para as aulas para trabalharem o racismo e a intolerância religiosa, pois, consideram a imagem visual muito significativa para a aprendizagem e diversifica a metodologia do dia a dia. Alguns professores citaram os filmes: *Vista minha pele*, *Martin Luther King*, *Amistad* e alguns documentários: *A Deusa negra* e a *Cidade das mulheres*.

Gráfico 9- Você poderia narrar algum caso que tenha ouvido ou presenciado na escola ou na cidade que envolvesse discriminação em relação às religiões afro-brasileiras



O gráfico 9, informa que 2 dos professores que responderam, não presenciaram e nem ouviram na escola ou na cidade nenhum caso que envolvesse discriminação em relação às religiões afro-brasileiras. Porém, 13 dos professores, afirmam ter ouvido ou presenciado discriminação, através de piadinhas indesejadas, risadas devido ao uso de objetos ou roupas, usam o termo “macumbeiro” e “feiticeiro” por associarem a questão de magia negra, excluem devido sua religiosidade e por serem negros, falam que Candomblé e Umbanda não são religiões. O preconceito e a falta de conhecimento vêm ao longo dos anos, muitos falam e julgam o que não conhecem, como forma de rejeição ao assunto.

A escola deve propor um ambiente de superação de preconceitos étnicos-raciais, constituindo um espaço de intervenção em prol de respeito e na promoção de uma sociedade mais humana, onde todos possam se relacionar sem barreiras. Conforme Gonçalves, “a temática racial tem muito a contribuir para a construção de um currículo e de uma escola mais

democrática, que aborde as diferenças e as lutas cotidianas por uma sociedade mais justa”¹¹⁷. Desta forma, são necessários estudos, organização e planejamento para que os professores possam se sentir seguros ao abordarem as temáticas. Assim, é preciso repensar as legislações e sua aplicabilidade, as propostas do currículo e o projeto político pedagógico da escola, para que os professores se empenhem para que tais inclusões se efetivem no cotidiano escolar.

3.2 O professor reflexivo e o resgate dos valores culturais religiosos afro-brasileiros no município de Alegre - ES

O conhecimento é produto histórico da humanidade, construído de forma plural ao longo do tempo. Portanto, pensar é uma ação reflexiva inata do ser humano. Dewey considera o pensamento reflexivo como sendo “a espécie de pensamento que consiste em examinar mentalmente o assunto e dar-lhe consideração séria e consecutiva”¹¹⁸. O ato de pensar abrange uma inquietação, uma dúvida, buscando encontrar uma resolução. O professor reflexivo no contexto educativo ganha destaque no século XX, a partir dos anos 80, na qual o professor pensa e planeja suas ações pedagógicas com objetivo de consolidar sua autonomia profissional, caracterizando como um ser humano criativo, capaz de analisar e questionar teorias e práticas educacionais a fim de agir sobre elas de forma consciente, e não como um mero reproduzidor de ideias que lhe são cobradas.

Os saberes teóricos propositivos se articulam, pois, aos saberes da prática, ao mesmo tempo ressignificando-os e sendo por eles ressignificados. O papel da teoria é oferecer aos professores perspectivas de análises para compreender os contextos históricos, sociais, culturais, organizacionais, e de si mesmos como profissionais, nos quais se dá sua atividade docente, para neles intervir, transformando-os. Daí é fundamental o permanente exercício da crítica das condições materiais nas quais o ensino ocorre.¹¹⁹

O docente precisa estabelecer relações entre as teorias e as práticas educacionais. Segundo Freire “[...] o importante é que a reflexão seja um instrumento dinamizador entre teoria e prática”¹²⁰, de acordo com Freire, o educador deve aplicar ações transformadora através da contextualização e análise dos contextos na qual está inserido, engajando numa perspectiva

¹¹⁷ GONÇALVES, Luciane Ribeiro Dias. Currículo Multicultural e Educação Étnico-Racial: proposta de narrativa racial. In: PAULA, Benjamin Xavier de (Org.). *Educação, história e cultura da África e Afro-Brasileira*. Franca: Ribeirão; Uberlândia: PROEX/UFU, 2008. p. 145.

¹¹⁸ DEWEY, John. *Como pensamos: como se relaciona o pensamento reflexivo com o processo educativo, uma reexposição*. São Paulo: Nacional, 1979. p. 13.

¹¹⁹ PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro (Orgs.). *Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 26.

¹²⁰ FREIRE, 2001, p. 39.

emancipatória. Essas temáticas contribuem para a reflexão na construção dos saberes de forma consciente e crítica, fortalecendo o processo educativo e contribuindo para a formação da cidadania, sem defender uma cultura como dominante em relação a outras, mas, respeitar a pluralidade cultural que compõem a sociedade brasileira.

O professor tem de assumir uma postura de empenhamento auto formativo e autonomizante, tem de descobrir em si as potencialidades que detém, tem de conseguir ir buscar ao seu passado aquilo que já sabe e que já é e, sobre isso, construir o seu presente e o seu futuro, tem de ser capaz de interpretar o que vê fazer, de imitar sem copiar, de recriar, de transformar. Só o conseguirá se refletir sobre o que faz e sobre o que vê fazer.¹²¹

A sociedade vive em constante transformação, portanto, é preciso reconstruir conhecimentos, e para isso, é necessário que os docentes busquem aprofundar-se a fim de renovar-se, buscando acompanhar as mudanças local e reformulando suas práticas de ontem, em prol de um amanhã melhor, daí pode-se destacar a importância da formação acadêmica e continuada dos professores. Buscar informações novas e aplicá-las em suas práticas envolve crescimento coletivo. Nesta perspectiva, os educadores de História têm uma missão muito importante ao abordar temáticas que tratam de questões raciais, pois, o mito da democracia racial no Brasil precisa ser desfeito e caberá aos profissionais da educação colaborar com essa difícil tarefa. Para trabalhar temáticas raciais, é preciso estudos, reflexões e análise crítica como uma das formas de garantia de sua operacionalização.

De acordo com Costa, as questões raciais precisam ser refletidas, pois:

Superar o problema da discriminação racial na educação não é colocar capoeira, cabelo com trancinha ou feijoada no currículo; pode até passar por isso, mas deve antes passar pelo compromisso dos educadores de tentar qualificar os seus alunos negros para as mesmas posições ocupadas pelos alunos oriundos dos outros segmentos étnicos.¹²²

A maioria dos professores licenciados em História não tiveram na grade curricular do curso a História da África, a Cultura do Negro Africano e do Negro no Brasil como disciplina. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre, é a principal formadora dos professores de História do município de Alegre - ES, e apresenta deficiências em seu currículo sobre a temática da Lei 10.639/03. Portanto, esta questão constitui problema crítico sobre as novas leis

¹²¹ ALARCÃO, Isabel. *Formação Reflexiva de Professores: Estratégias de Supervisão*. Porto: Porto, 1996. p. 18

¹²² COSTA, Luciano Gonsalves (Org.). *História e cultura afro-brasileira*. Subsídios para a prática da educação sobre relações étnico-raciais. Maringá, Eduem, 2010. p. 46.

educacionais que implementam o ensino das disciplinas nas escolas. E isso, não acontece por causa da falta de conhecimento teórico, mas, porque o estudo dessa temática implica no enfrentamento e derrubada dos estereótipos da democracia racial que mantém o imaginário da grande maioria dos professores, fato que, para mudar tal realidade é necessário desmistificar essas temáticas e adequar o diálogo sobre as questões raciais. Ao dialogar e refletir sobre a sua ação, a formação do docente contribuirá para a sistematização de novos conhecimentos.

O professor não pode agir isoladamente em sua escola. É neste local, o seu local de trabalho, que ele, com os outros, com os colegas, constrói a profissionalidade docente. Mas se a vida dos(as) professores(as) tem o seu contexto próprio, a escola, esta tem que ser organizada de modo a criar condições de reflexividade individuais e coletivas. Vou ainda mais longe. A escola tem de se pensar a si própria, na sua missão e no modo como se organiza para cumpri-la. Tem, também ela, de ser reflexiva.¹²³

A escola por ser um espaço de transformação, deveria estar aberta aos diálogos de qualquer questão trazida pelos alunos, mas a gestão escolar e o projeto político pedagógico da escola devem ser democráticos e com participação coletiva, pois a comunidade local tem muito a contribuir no resgate e conservação das memórias da cultura. Assim, a escola deverá contrapor atitudes discriminatórias e envolver a todos, proporcionando a convivência constante com as diferenças, valorizando a formação humana como um todo através das vivências, crenças e valores. Seguindo essa ideia, a Lei 10.639/03, proporciona uma reflexão e uma transformação para a educação, reformulando os conteúdos curriculares sobre a história do negro e de sua cultura na comunidade, através de visita em ambientes que apresentam tal diversidade. Por conseguinte, o professor também precisa ser reflexivo e aberto ao diálogo para que não ocorra o risco de possibilitar o desenvolvimento de posturas racistas e preconceituosas para com alunos, reproduzindo sistematicamente valores não coerentes com os princípios pedagógicos e científicos. A Lei é um marco importante no contexto brasileiro, cabe aos educadores pensar e oferecer uma visão crítica ao apresentar a diversidade cultural de forma significativa.

Amâncio, Gomes & Jorge afirmam a importância da lei ao dizerem que:

O diálogo escola/afro-brasilidade – ação exigida pela lei 10.639, em seu potencial de interatividade –, além de alterar o lugar tradicionalmente conferido a matriz cultural africana, resgata e eleva a autoestima do alunado negro, de forma a abrir-lhe espaço para uma vivência escolar que o respeite como sujeito de uma história de valor, que é também a do povo brasileiro. Portanto, a implantação dessa lei corresponde a uma

¹²³ ALARCÃO, Isabel. *Professores reflexivos em uma escola reflexiva*. São Paulo: Cortez, 2003, p. 47.

ação afirmativa, que visa à revisão da qualidade das relações étnico-raciais no Brasil.¹²⁴

O aluno negro ou descendente de negro precisa conhecer-se dentro de sua cultura, principalmente quando o assunto for temas afro-religiosos. O diálogo precisa ser pacífico e espontâneo, pois tais religiões sofrem preconceitos e ocupam uma posição periférica na sociedade brasileira, mas precisa ser respeitada e valorizada. Pesquisar, conhecer e dialogar o universo religioso são atividades interessantes e servem, sobretudo, para acabar com os fundamentalismos. As religiões afro-brasileiras trazem memórias dos escravos que migraram forçadamente e constituem formas de resistência onde os conflitos sociais se fazem tão presentes. A escola por ser um ambiente plural, com religiosidade diversa, precisa abrir espaço para todos, respeitando cada religião e seus adeptos.

O grande desafio da escola é investir na superação da discriminação e dar a conhecer a riqueza representada pela diversidade etnocultural que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro, valorizando a trajetória particular dos grupos que compõem a sociedade. Nesse sentido, a escola deve ser local de diálogo, de aprender a conviver, vivenciando a própria cultura e respeitando as diferentes formas de expressão cultural.¹²⁵

Falar sobre as religiões afro-brasileiras nas escolas é romper equívocos e obstáculos que precisam ser superados. Pela complexidade do assunto, o ensino das religiões afro-brasileiras deve ser ações libertadoras, onde educador e educando aprendem juntos, transformando em espaço de tomada de consciência da imensa diversidade que é este meio religioso. Então, conhecer e respeitar a religiosidade afro-brasileira é valorizar a miscigenação do município de Alegre - ES, para que seja cada vez mais humana. Estas ações visam possibilitar que o docente repense e reconstrua seus saberes, articulando a competência acadêmica com a competência pedagógica para que surjam como resposta ou reação às situações reais de sala de aula. Segundo Bakke em suas palavras afirma:

Ao se decretar uma Lei que torna obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira foi preciso buscar os conteúdos dessa história, seus símbolos. Nesse cenário, as religiões afro-brasileiras migram para o ambiente escolar como conteúdo de uma herança africana porque em suas constituições históricas, no interior do campo religioso brasileiro, acionaram discursos legitimadores de suas práticas que tocavam a questão identitária, o candomblé como ‘a África que sobreviveu no Brasil’, e a umbanda ‘como a expressão religiosa da nação imaginada’. Esse processo de

¹²⁴ AMÂNCIO, Isis Maria da Costa; GOMES, Nilma Lino; JORGE, Miriam Lúcia dos Santos. *Literaturas africanas e afro-brasileiras na prática pedagógica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 119.

¹²⁵ BRASIL. Ministério Da Educação/Secretaria De Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Apresentação dos Temas Transversais*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. p. 32.

migração, como vimos, não é tranquilo, pelo contrário, acrescenta ao preconceito étnico-racial o elemento de intolerância religiosa, e carrega para a escola os conflitos existentes nesse campo religioso, como as disputas de ‘pureza’ entre candomblé e umbanda, por exemplo.¹²⁶

A Lei é um marco importante, estudar as religiões afro-brasileiras é reforçar o combate de preconceito e intolerância, é abrir possibilidades de rompimento ao proselitismo, pois as religiosidades são construídas na sociedade por várias formas e contextos sociais. No município de Alegre - ES encontra-se terreiros das duas religiões e muitos alunos são adeptos, porém, não se identificam por medo de discriminação. Desse modo, o professor precisa refletir sobre as possibilidades de mudanças de comportamento na escola, a partir do estudo dos conteúdos com temáticas que podem contribuir para o crescimento intelectual, social e afetivo dos afrodescendentes. Portanto, educar para a tolerância, para o respeito e para a boa convivência, são pilares fundamentais para uma verdadeira transformação social. Freire aborda que “ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação”¹²⁷. Ninguém precisa converter-se, mas é necessário respeitar a religião do outro.

De acordo com Vianna,

é importante lembrar que as religiões representam parte significativa da memória cultural e do desenvolvimento histórico das sociedades. Desse modo, a abordagem em torno da pluralidade religiosa precisa focar as diferentes religiões e não apenas um ou dois segmentos religiosos predominantes na sociedade ocidental.¹²⁸

Vianna continua, “um dos grandes desafios para a educação é promover o respeito pelo outro como legítimo outro, sem o intento de homogeneizar as culturas, mas sim de celebrar a diversidade cultural”¹²⁹. A educação é o mecanismo para a saída contra o preconceito. A má interpretação da religiosidade afro-brasileira perpetua ideias negativas e preconceituosas. Portanto, o diferencial é a capacidade de refletir sobre as ações educacionais das escolas, de forma crítica e contextualizada que engloba todos. Figueira acrescenta, “a religião na sala de aula revela-se cada vez mais como uma realidade que necessita de um amplo debate que responda e corresponda a alguns dos desafios mais prementes do nosso mundo”¹³⁰. A

¹²⁶ BAKKE, 2011, p. 205-206.

¹²⁷ FREIRE, 1996, p. 35.

¹²⁸ VIANNA, Marielle de Souza. Diversidade religiosa no contexto escolar. *Revista da Católica*, v. 3, n. 5, p. 01-10, jan.-jul., 2011.

¹²⁹ VIANNA, 2011, p. 05

¹³⁰ FIGUEIRA Eulálio. Por que ensinar sobre religião na sala de aula? uma abordagem pragmatista face ao ensino religioso. *Revista Brasileira de História das Religiões*, a. I, n. 1, p. 01-11, 2008.

abordagem nas aulas aproxima-se da realidade das religiões dos educandos e de todos que compõem o espaço escolar.

Compreender a diversidade é um dos aspectos mais importantes do exercício cidadão, por isso o ensino sobre a diversidade religiosa pode ser considerado um exercício de compreensão em relação ao mundo que nos cercam. Portanto, é importante enfatizar que o objetivo da promoção do diálogo inter-religioso não é a busca do consenso, mas sim do respeito às diferenças.¹³¹

Segundo Mandela, “Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele ou por sua origem, ou sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender. E se podem aprender a odiar, podem ser ensinada a amar”¹³². A valorização dos saberes e o reconhecimento das religiões afro-brasileiras devem abrir oportunidades aos educandos de demonstrarem dentro do espaço escolar a aprendizagem do seio da religião e de sua cultura, reconhecendo seu valor e respeito de todos. Portanto, podemos desconstruir o racismo a partir da educação. A escola não pode ser um ambiente de exclusão, e sim acolhedor, onde o aluno tenha o direito de ser ouvido e compreendido. Assim, todo o sistema educacional é parte integrante, ninguém educa isoladamente. Neste contexto, Alarcão contribui que,

O professor não pode agir isoladamente em sua escola. É neste local, o seu local de trabalho, que ele, com os outros, com os colegas, constrói a profissional idade docente. Mas se a vida dos(as) professores(as) tem o seu contexto próprio, a escola, esta tem que ser organizada de modo a criar condições de reflexividade individuais e coletivas. Vou ainda mais longe. A escola tem de se pensar a si própria, na sua missão e no modo como se organiza para cumpri-la. Tem, também ela, de ser reflexiva.¹³³

É necessário que haja reflexões por todos envolvidos no ambiente escolar, na perspectiva de se extrapolar questões e problemas imediatos na escola e na sala de aula, considerando que o ato de ensinar deve estar relacionado no contexto social, na realidade do aluno, para isso, faz necessário realizar estudos sobre questões relacionadas à pluralidade cultural e outras temáticas que estimulem atitudes de respeito mútuo essenciais para o efetivo exercício da cidadania dos educandos. Muitas vezes, será preciso que o professor faça intervenções, mas para isso, primeiramente toda aula, deverá ser planejada e organizada, para que o conhecimento seja interativo de forma a promover um conhecimento significativo. Nesta concepção, o presente artigo sugere algumas propostas de atividades para as aulas de História que contemplam a religiosidade afro-brasileira.

¹³¹ VIANNA, 2011, p. 03.

¹³² MANDELA, Nelson. *Um longo caminho para a liberdade*. Lisboa: Planeta, 2012. p. 600.

¹³³ ALARCÃO, 2004, p. 44.

3.3 Religiosidade Afro-Brasileira: Práticas Metodológicas para as aulas de História

Candomblé e a Umbanda são religiões de matriz africana no Brasil, reconhecer suas características como parte integrante da cultura brasileira é uma ação afirmativa que deve ser explorada nas aulas de História e contextualizada com as demais áreas do conhecimento. Para tal, a pesquisa e a leitura são primordiais para quebrar alguns preconceitos já estabelecidos. Diante da necessidade de romper preconceitos e intolerância religiosa no ambiente escolar e conseguinte para a sociedade. Será apresentada uma proposta didática para a temática religiões afro-brasileiras para as aulas de História, com base nos temas integradores estabelecidos pela Base Nacional Comum Curricular: Educação para as relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, o Diálogo Intercultural e Inter-Religioso, Educação em Direitos Humanos e a Diversidade Cultural, Religiosa e Étnica.

Para que as propostas pedagógicas tenham eficácia, faz-se necessário planejamento do professor, pois, o planejamento norteará a realização das atividades. Para Libâneo, “o planejamento escolar é uma tarefa docente que inclui tanto a previsão das atividades didáticas em termos de organização e coordenação em face dos objetivos propostos, quanto a sua revisão e adequação no decorrer do processo de ensino”¹³⁴. De acordo com Libâneo, o planejamento é essencial para que os objetivos de aprendizagens sejam alcançados, e esse planejamento deve estar associado ao uso de várias metodologias (internet, documentários, músicas, jogos, entre outros). Tais metodologias são ferramentas pedagógicas que tornam a aprendizagem significativa e dinâmica, aperfeiçoando o processo de aprendizagem e oportunizando o desenvolvimento humano através da interação. O professor assumindo o papel de mediador, saberá fazer de uma atividade lúdica um instrumento de aprendizagem para seus alunos.

Nesse sentido e, buscando uma aplicação da teoria, apresentamos algumas propostas de práticas pedagógicas que poderá ser trabalhada na aulas da disciplina de História. Sendo seis delas na forma de dinâmicas e a sétima, com sugestão de jogos interativos.

A primeira proposta tem como objetivo conhecer algumas das manifestações culturais afro-brasileiras, bem como, sua importância na valorização das manifestações culturais afro-brasileiras como elemento de identidade brasileira na localidade do município de Alegre – ES, através das manifestações culturais afro-brasileiras que são preservadas. O professor irá selecionar e projetar para os alunos imagens de manifestações culturais brasileiras. Exemplos:

¹³⁴ LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1994. p. 221.

Samba de Roda, Congada, Folia de Reis, Futebol, Escola de Samba, Frevo, Festa de Iemanjá, Maculelê entre outros. Pedir aos alunos para observarem atentamente e descrevê-las em detalhes, conforme suas vivências. Para aguçar a reflexão e o diálogo, segue as seguintes questões: a) Qual destas manifestações culturais afro-brasileiras você conhece? Você sabe o nome desta manifestação? b) Você já vivenciou alguma dessas manifestações afro-brasileiras? O que achou? c) Quais destas manifestações afro-brasileiras você consegue descrever algumas características? Após o diálogo acima, apresentar aos alunos a seguinte imagem abaixo, e o professor irá fazer alguns apontamentos.



Qual o significado da expressão afro-brasileira? Você conhece alguma manifestação da cultura afro-brasileira? Vamos tentar lembrar de algumas através das imagens apresentada anteriormente. Mostrar as imagens novamente e abrir espaço para o diálogo, depois o professor poderá apresentar outras manifestações da cultura afro-brasileira para ampliar o conhecimento. Observar se algum aluno reconhece, se ninguém reconhece, o professor informará o nome e as principais características de cada manifestação. Após esta aula, deverá fazer um levantamento com os alunos se na região em que moram existe algum tipo de manifestação cultural afro-brasileira. A pesquisa deverá ser apresentada na sala e se possível convidar alguma manifestação afro-brasileira para que seja apresentada na escola. As atividades aqui sugeridas podem ser trabalhadas em conjunto com outras disciplinas. Estimular a curiosidade e o respeito pela cultura do outro é elemento fundamental para a construção do conhecimento e da cidadania.

A segunda proposta de atividade, visa resgatar os saberes dos povos africanos expressos na cultura material e imaterial através das tradições escritas e na preservação de memórias, cultura e história através da diversidade cultural das religiões afro-brasileiras. A prática pedagógica será a leitura de textos, onde os mesmos, deverão ser impressos ou utilizar

o laboratório de informática para fazer as leituras. Texto 1- Candomblé no Brasil: orixás, tradições, festas e costumes. Disponível em: <http://super.abril.com.br/religiao/candomble-brasil-orixas-tradicoes-festas-costumes-441075.shtml>. Texto 2- Terreiro de Umbanda. Disponível em <https://super.abril.com.br/historia/terreiro-de-umbanda>. Após a leitura dos textos formar um círculo para o diálogo sobre os temas abordados, oportunizando a todos um momento de reflexão. Em seguida formar pequenos grupos, onde cada grupo irá receber as palavras chaves (Candomblé, Umbanda, religião, orixás, escravidão, terreiro) que estão abaixo, para a construção de um texto coletivo, que após a conclusão deverá ser apresentado para os demais grupos.

Esta atividade oportuniza a percepção, a organização, a troca de ideias, a interação de conhecimentos diferenciados que podem ser compartilhados uns com os outros. Construir um texto coletivo é uma possibilidade de promover a interatividade, de desenvolver o aperfeiçoamento da escrita, leitura e comunicação, sendo estes elementos essenciais na construção do conhecimento. Tal prática, visa a valorização e a inclusão dos alunos e suas diversidades.

Para a terceira proposta, o professor irá dialogar com os alunos sobre a resistência dos povos e a comunidade negra, relacionado o modo de ser e viver diante da ofensiva civilizatória

Através da Candomblé e a Umbanda como religiões afro-brasileiras, diferenciando as características e os elementos de resistências cultural no Brasil. Proponha aos alunos que façam uma pesquisa sobre o Candomblé e a Umbanda, utilizando o laboratório de informática, seguindo o roteiro abaixo: a) Quando surgiram no Brasil as religiões Candomblé e Umbanda?

b) Quem foram os fundadores dessas religiões? c) Quais as principais diferenças entre o Candomblé e a Umbanda? d) Quais são as principais crenças do Candomblé e da Umbanda? e) Quais são as principais festividades do Candomblé e da Umbanda? f) Qual a ligação entre os santos católicos com as religiões afro-brasileiras? Os alunos irão evidenciar os laços culturais entre a África e o Brasil.

Depois da pesquisa, os alunos deverão se organizar em grupos para confeccionarem cartazes e panfletos com as questões pesquisadas, socializar suas apresentações com todos da turma e expor os seus trabalhos em lugares apropriados na escola para que todos possam apreciar e também, para uma melhor divulgação, poderá ser publicados nas redes sociais da escola para que mais pessoas tenham acesso aos trabalhos elaborados pela turma. A divulgação nas redes sociais permitem uma maior aproximação com o público e são muito eficaz no processo de aprendizagem, podendo gerar mais resultados. Elas são um ambiente informativo, dinâmico e muito acessado pelos alunos, pais e responsáveis.

A quarta proposta, será apresentada o papel das culturas, mitos, ritos, símbolos, crenças, tradições e das artes na produção das identidades no Brasil a partir das religiões afro-brasileiras e seus elementos de resistências, superações de preconceitos e discriminações dos terreiros como espaço de manutenção sociocultural. O professor irá dialogar estratégias que promovam a convivência ética e respeitosa para os adeptos das religiões afro-brasileiras. Os alunos assistirão o documentário, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=tSbl2LwFB1s>>, e receberão o texto impresso para leitura compartilhada, disponível em: <<http://www.labjor.unicamp.br/patrimonio/materia.php?id=45>>. Sugere-se que os alunos se organizem em círculo após assistirem o documentário e façam a leitura compartilhada do texto impresso.

Segue algumas abordagens para direcionar o diálogo com os alunos: a) Você acha que existe preconceito contra as religiões afro-brasileiras? Se sim, cite exemplos, b) Você já viu alguma manifestação dessas religiões afro-brasileiras? c) Onde você mora você já viu algum terreiro de Candomblé ou de Umbanda? d) Você conhece alguém que frequenta algum terreiro de Candomblé ou de Umbanda? e) Algum aluno da sala é adepto a alguma dessas religiões? Se sim, gostaria de se manifestar e contribuir para a construção do conhecimento? f) Segundo o texto, qual seria os reais motivos para o declínio das religiões afro-brasileiras? g) Que imagem do vídeo ou trecho do texto que chamou a sua atenção sobre estas religiões? A cada pergunta levantada, deixar que os alunos se expressem, o professor irá fazer as mediações e as devidas contribuições, sensibilizando os alunos a repensarem suas ações no ambiente escolar e fora dele, otimizando o processo ensino-aprendizagem.

Depois do diálogo, há uma proposta do bingo de palavras relacionadas a temática da aula. O professor irá apresentar slides com uma coletânea de palavras, cada aluno escolherá seis palavras que mais lhe chamar atenção e escreverá no caderno de caneta e não poderá mudar. Num saquinho o professor irá colocar todas as palavras que foram sugeridas nos slides e irá sortear uma por vez, o aluno que tiver a palavra deverá marcar, assim procederá até que alguém marque todas as palavras sorteadas. Quem marcar primeiro todas palavras é o vencedor. Através do bingo podemos estimular de forma dinâmica a integração e estabelecer os conceitos das palavras que pertencem a religiosidade afro-brasileira através do conhecimento que os alunos adquiriram na aula.

Na quinta prática educativa, a proposta é um estudo baseado na Constituição de 1988, sobre a emancipação das cidadanias de grupos minoritários na sociedade brasileira, que estabelece ações de combate a diversas formas de preconceito. Será relacionado as conquistas de direitos políticos, sociais e civis à atuação de movimentos sociais através do reconhecimento

e a importância de ações afirmativas para grupos minoritários. Será feita a leitura da Lei 10.639/03, representada no contexto sócio-político para a cultura afro-brasileira e os avanços da luta contra o racismo e preconceito. Apresentar aos alunos o seguinte artigo e inciso estabelecidos na Constituição Brasileira de 1988 e pedir que pontue o entendimento. Art. 5º- Todos são iguais perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da Lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.

Depois apresentar a Lei 10.639/03, que estabelece alterações na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos: art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. § 1º O conteúdo programático a que se refere o *caput* deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. Art. 79-B estabelece que no calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'.

Após a leitura, organize os alunos em dupla para elaborarem folders explicativos e ilustrativo sobre o tema, com o máximo de informações possíveis sobre a Lei 10.639/2003, para isso, utilize o laboratório de informática, recorte de jornais, revistas e outros. A ação abordará a finalidade e a importância da Lei, e que essa seja cumprida na escola, propondo ações de intervenção e ações afirmativas. Para tanto, poderão ser usados editores de texto e imagem. É importante que os folders produzidos pelos alunos sejam distribuídos na escola e na comunidade, fazendo um manifesto de conscientização sobre a importância da Lei 10.639/2003, utilizando a educação como ferramenta para construir uma sociedade mais justa e igualitária.

A sexta proposta abordará as tradições religiosas de matriz africana, os ritos, símbolos e tradições orais do modo de ser e viver sobre os aspectos estruturantes dos terreiros de matriz afro-brasileira, respeitando as filosofias, saberes e princípios éticos das manifestações religiosas afro-brasileiras através dos princípios étnicos religiosos e de condutas pessoais. A proposta é uma aula de campo- visita ao terreiro de Candomblé ou de Umbanda, se possível nos dois

terreiros. O professor deverá agendar a visita e acompanhar a turma. Com a permissão do responsável do terreiro, deixar que os alunos explorem o espaço, fotografem, façam perguntas referente a temática e anotações. De volta para a escola, deixar que os alunos dialoguem a experiência vivida.

Para completar a atividade, o professor utilizará como estratégia a confecção de um glossário. Cada aluno deverá fazer a pesquisa de termos da religiosidade afro-brasileira sorteado pelo professor, tendo como sugestão que cada um receba cinco palavras. Poderá utilizar o laboratório de informática e a participação da família para pesquisar e colaborar as respostas. Após todos terem feito a pesquisa, poderá escolher um para digitalizar e formatar para que todos os termos fiquem iguais, podendo também ilustrar, para uma melhor leitura visual, depois segue para a organização e montagem do mural para visita dos alunos da escola e aberto para visita da comunidade. Também poderá ser confeccionado uma apostila, deixá-la como fonte de pesquisa na biblioteca da escola para outros alunos.

Finalizando com a proposta sete, o professor irá orientar os alunos na confecção de jogos educativos com a temática religiosidade afro-brasileira. Possibilitando aos alunos conhecimentos das religiões afro-brasileiras através de atividades lúdicas e estimulando os valores éticos em sala de aula através dos jogos educativos sobre a cultura afro-brasileira com atitudes de interação, de colaboração e de troca de experiências em grupos. Para a confecção do jogo da Velha, será um tabuleiro e 10 peças, sendo 5 de um símbolo e 5 de outro símbolo. O tabuleiro pode ser desenhado em papel cartão com durex colorido ou confeccionado em tecido e viés, contendo três linhas e três colunas. Os espaços em branco dessas linhas e colunas serão preenchidos com os símbolos escolhidos. Como sugestão, escolher dois santos do Candomblé para cada tabuleiro.

Para o jogo de Trilha, os alunos se organizaram em grupos, confeccionar a trilha numa folha de papel cenário, enumerar cada casa da trilha na sequência e numa folha separada, o professor irá elaborar uma pergunta para cada casa enumerada com a temática religião afro-brasileira, que deverá ser lida pelo organizador do jogo, providenciar um dado e um pino para cada grupo. Cada grupo terá um representante para representar o grupo. A cada jogada do dado, o representante andará a quantidade de casa correspondente, na casa que o pino ficar terá uma pergunta, se acertar permanece no lugar, se errar volta duas casas, o jogador do dado poderá pedir ajuda ao seu grupo. Assim procederá até que um grupo chegue ao final da trilha. Ilustrar o jogo com imagens de símbolos da religiosidade afro-brasileira.

Para a confecção do jogo da Memória, os alunos irão selecionar imagens de vários orixás, de preferência figuras coloridas, pois, o visual é um elemento importante de

aprendizagem. Escolher um aluno para fazer a formatação para que as imagens estejam no mesmo tamanho, duplicas as imagens, recortá-las uma a uma, e coladas num papel cartão, se possível plastificar para ter mais durabilidade. A cada jogada dos alunos, os participantes poderá dialogar seus conhecimentos sobre as imagens, ampliando seus conhecimentos. Esse jogo incentiva a socialização e é uma excelente ferramenta de aprendizagem. Este jogo poderá ser confeccionado também, tendo como carta par, sendo em uma a imagem e na outra características da imagem.

É importante que toda proposta metodológica esteja relacionada ao processo avaliativo. Assim, a avaliação deve servir para reorientar a prática educacional, lançando mão de reflexões sobre atitudes e comportamentos de todos os envolvidos. Para Freire “a avaliação é a mediação entre o ensino do professor e as aprendizagens do professor e as aprendizagens do aluno, é o fio da comunicação entre formas de ensinar e formas de aprender”¹³⁵. Nas palavras de Freire, avaliar significa dar condições ao educando para que ele possa aprender criticamente, é abrir espaços para dialogar sobre a construção do conhecimento de forma participativa e colaborativa. A escola não pode estar desvinculada da vida dos alunos, mas tem de estar em sintonia com a comunidade e com a contemporaneidade. As práticas pedagógicas propostas apontam para a aplicabilidade da legislação e para o enfrentamento da problemática do racismo e da intolerância religiosa.

¹³⁵ FREIRE, 1997, p. 65.

CONCLUSÃO

Ao tratar as questões que envolvem as religiões brasileiras de matrizes africanas no contexto escolar no Município de Alegre- Es, especificamente após a implementação da Lei 10.639/03. De forma geral, a educação é instrumento que tem seu nível de compromisso e compreensão dos valores humanos e os aspectos relacionados à diversidade. O desafio da educação está justamente em educar os alunos para conviverem em uma sociedade que compreendam as diferenças em todos os sentidos. Entretanto, a Lei 10.639/03, sobre a implementação dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar se constitui um desafio para muitos professores da Educação Básica, pois ainda é comum a exclusão da temática nos currículos e nos livros didáticos, o que faz com que os conteúdos estabelecidos pela Lei sejam dialogados nas escolas apenas em momentos de datas comemorativas ou muito esporadicamente.

Ao analisar os desafios do professor do município de Alegre - ES, frente ao Ensino da História e Cultura Afrodescendente, pôde-se inferir da pesquisa que a temática religiosidade afro-brasileira nas aulas de História está muito aquém do desejado, uma vez que muitos temas levantados pela sociedade não são abordados de forma crítica e esclarecedora devido ao preconceito enraizado. Os resultados da pesquisa apontam que os professores, embora alguns tenham participado de formação continuada e conhecendo a existência da Lei 10.639/03, ainda não promovem os saberes necessários para a divulgação dos valores e contribuições dos afrodescendentes para a história cultural do município de Alegre - ES. É importante destacar que as escolas precisam abrir-se para o diálogo com as questões que tratam da religiosidade de matriz africana e a inserção desta temática dentro do espaço escolar.

As escolas do Municipal de Alegre - ES, que participaram dessa pesquisa estão localizadas na maioria nos distritos, que estão próximas dos terreiros de Umbanda e/ou Candomblé. É divergente a postura das Escolas em relação aos objetivos da Lei nº 10.639/03 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. A resistência em trabalhar a religiosidade afro-brasileira nas aulas de História, aponta-se que muitos professores não receberam os parâmetros para uma discussão profunda sobre o tema. Com isso, é necessário repensar a formação docente, oferecendo capacitação e suporte para que os professores possam desenvolver estratégias ligadas ao conhecimento, a conscientização e divulgação da população no que diz respeito às contribuições da religiosidade afrodescendente para a formação da cultura brasileira. Contudo, uma escola para ser inclusiva deve apostar em um sistema educativo

centrado no convívio respeitoso, na igualdade, e que as práticas educativas estejam voltadas para a diversidade.

É na capacitação de professores, que será possível sensibilizá-los para estas questões que em muitos momentos são invisíveis ou silenciadas no espaço escolar, bem como na sociedade de modo geral, gerando assim atitudes preconceituosas e discriminatórias em relação às religiões brasileiras de matrizes africanas. É importante compreender que a religião coloca o ser humano diante do sentido último da sua existência. Cada religião tem suas doutrinas, conceitos, como também os símbolos, ritos e festas, que são manifestações muito próprias do ser humano. Neste sentido, as religiões de matrizes africanas têm esses traços e são bastante comuns na vida dos terreiros, cada qual com sua particularidade. A religião constitui elemento da cultura e da miscigenação dos povos, é necessário então exigir que a educação cumpra sua função educadora entre os povos apesar das suas diferenças.

Por meio das atividades propostas neste trabalho, considera-se um caminho para realizar a inserção da religiosidade afro-brasileira nas aulas de História, pois a partir do entendimento a respeito das religiões de matriz africana, conceitos pré-estabelecidos poderão ser desmistificados. Nesse sentido, torna-se necessário compreendê-las, pois estas estão intimamente ligadas ao processo histórico e cultural do Brasil. A construção de uma prática pedagógica para as aulas de História deve eleger como pauta prioritária os valores como tolerância, respeito ao diferente e à diversidade. A educação é o caminho para isso, uma vez que coloca como evidência uma nova consciência dos direitos as diferenças.

Portanto, o professor deve ser o articulador na construção do conhecimento, reconhecendo e valorizando as diferenças culturais e o potencial de cada educando através de sua diversidade. É preciso acontecer em sala de aula, um trabalho comprometido com difusão de valores das diferentes culturas que fazem parte da História do Brasil e aqui mais especificamente do Município de Alegre - ES. Espera que por meio desta discussão, possa aproximar o entendimento sobre a religiosidade afro-brasileira no âmbito das escolas, onde os direitos conquistados possam, de fato, ser reconhecidos e respeitados com dignidade. E que através da educação o universo religioso afro-brasileiro possa ser incluído efetivamente nas aulas de História, estimulando o sentimento de pertencimento e de orgulho de fazer parte da sua própria história.

REFERÊNCIAS

- ALARCÃO, Isabel. *Formação reflexiva de professores: estratégias de supervisão*. Porto: Porto, 1996.
- ALARCÃO, Isabel. *Professores reflexivos em uma escola reflexiva*. São Paulo: Cortez, 2004.
- AMADO, Wolmir. Religião e negritude. In: *A religião e o negro no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1989.
- AMÂNCIO, Isis M. C.; GOMES, Nilma L.; JORGE, Miriam L. S. *Literaturas africanas e afro-brasileiras na prática pedagógica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- ARANHA, Maria L. A. *Filosofia da educação*. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- ARANHA, Maria L. A. *História da educação e da pedagogia geral no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- ARROYO, Miguel G. *Currículo, território em disputa*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- BAKKE, Rachel R. B. *Na escola com os orixás: o ensino das religiões afro-brasileiras na aplicação da lei 10.639*. 2011. Tese (Doutorado em Antropologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2011.
- BENTES, Nilma. *Aspectos da trajetória da população negra no Pará*. Belém: UFPA/GEAM, 2013.
- BERKENBROCK, Volney J. A atitude franciscana no diálogo inter-religioso. In: MOREIRA, Alberto da Silva (Org.) *Herança Franciscana*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- BEZERRA, Holien G. Estudo de história: conteúdos e conceitos básicos. In: KARNAL, Leandro. (Org.). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- BRANDÃO, C. R. *A educação como cultura*. São Paulo: Mercado das Letras, 1998.
- BRAIL. Artigo 208 do Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>. Acesso em: 27 fev. 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: *Educação é a base*. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2016. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2020.

BRASIL. Decreto de Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Aprovado em 20 de junho de 2010; Brasília, 20 de julho de 2010; 189º da Independência e 122º da República. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm>. Acesso em: 15 ago. 2019.

BRASIL. Lei 11.645, de 10 de março de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/11645.htm>. Acesso em: 28 fev.2019.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB Lei nº 9394/96. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf>. Acesso em: 15 de jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília, DF: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Ministério Da Educação/Secretaria De Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: *Apresentação dos Temas Transversais*. Rio de Janeiro, DP&A, 2000.

BRASIL. Secretaria de Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e africana*. Brasília, 2005.

BRASIL. Universidade Federal Do Espírito Santo. *História*, Vitória. Disponível em: <<http://www.alegre.ufes.br/historia>>. Acesso em: 15 de fev. 2020.

BRAVO, Carlos Magno Rodrigues. *Nossas Raízes*. O Alegre até o ano de 1920: fatos e bibliografias. Alegre: Fundação Banco do Brasil, 1998.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas. *Currículo sem Fronteiras*, v. 11, n. 2, p. 240-255, 2011. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol11iss2articles/candau.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2019.

CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: MOREIRA, Antônio Flávio, CANDAU, Vera Maria (Orgs.). *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas*. Petrópolis: Vozes, 2008. Disponível em: <<https://educarparaomundo.files.wordpress.com/2016/07/moreira-candau-multiculturalismo-diferenc3a7as-culturais-e-prc3a1ticas-pedagc3b3gicas.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2019.

CANDAU, Vera M.; MOREIRA, Antônio F. Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos. *Revista Brasileira de Educação*, n. 23, p. 156-168, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n23/n23a11.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2019.

CANEN, Ana. O multiculturalismo e seus dilemas: implicações na educação. Comunicação e política, v. 25, n. 2, p. 91-107, 2007. Disponível em: <<http://docslide.com.br/education/omulticulturalismo-e-seus-dilemas-por-ana-canen.html>>. Acesso em: 01 nov. 2019.

CARMO, João C. *O que é Candomblé*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

CARVALHO, Rosita Edler. *Removendo Barreiras para a aprendizagem*. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2004.

- CORRÊA, Rosa L. T. *Cultura e Diversidade*. Curitiba: Ibepe, 2008.
- COSTA, Luciano G. (Org.). *História e cultura afro-brasileira*. Subsídios para a prática da educação sobre relações étnico-raciais. Maringá: Eduem, 2010.
- CUMINO, Alexandre. *História da Umbanda: uma religião brasileira*. São Paulo: Madras, 2015.
- CUNHA JUNIOR, H. Candomblé: como abordar esta cultura na escola. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 9, n. 102, 2009. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/7738>>. Acesso em: 13 out. 2019.
- DEWEY, John. *Como pensamos: como se relaciona o pensamento reflexivo com o processo educativo, uma reexposição*. São Paulo: Nacional, 1979.
- DURKHEIM, Emile. *As formas elementares da vida religiosa*. O sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- EAGLETON, Terry. *A Ideia de Cultura*. São Paulo: Unesp, 2005.
- ESPÍRITOS GUIAS. *Alquimia da Alma*. 2016. Disponível em: <<https://alquimiadaalma.com.br/espirtos-guia/>>. Acesso em: 15 mar. 2020.
- FERRAÇO, C. E. Pesquisa com o cotidiano. *Educação & Sociedade: Revista de Ciência da Educação*, v. 28, n. 98. p. 73-95, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/revistas/es/paboutj.htm>>. Acesso em: 15 out. 2019.
- FERREIRA, Amauri C. *O Ensino Religioso nas fronteiras da ética*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- FIGUEIRA Eulálio. Por que ensinar sobre religião na sala de aula? uma abordagem pragmatista face ao ensino religioso. *Revista Brasileira de História das Religiões*, a. I, n. 1, p. 01-11, 2008. Disponível em: <www.dhi.uem.br/gtreligiao/n1-2008.html>. Acesso em: 23 dez. 2019.
- FONAPER. FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO. *Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso*. São Paulo: Mundo Mirim, 2012.
- FONSECA, Alexandre Brasil. *Relações e privilégios: estado, secularização e diversidade religiosa no Brasil*. Rio de Janeiro: Novos Diálogos, 2011.
- FREIRE, Paulo. O Papel da Educação na Humanização. *Revista Paz e Terra*, a. IV, n. 9, 1969.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 13. ed. São Paulo: Paz na Terra, 2006.
- FREIRE, Paulo. *Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar*. São Paulo: Olho d'Água, 1993.
- FREIRE, Paulo; MACEDO, Donaldo. *Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

GAARDER, J.; HELLEN, V.; NOTAKER, H. *O Livro das Religiões*. São Paulo: Schwarcz, 2000.

GABATZ, Celso. Diversidade cultural e religiosa e os desafios para uma educação inclusiva. In: *Anais do Congresso Internacional das Faculdades EST*. São Leopoldo: EST, v. 1, 2012, p. 50-63. Disponível em: <<http://anais.est.edu.br/index.php/congresso/article/viewFile/68/6>>. Acesso em: 15 set. 2019.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. São Paulo: LTC, 1989.

GIUMBELLI, E. Zélio de Moraes e as origens da umbanda no Rio de Janeiro. In: SILVA, V. G. (Org.) *Caminhos da alma: memória afro-brasileira*. São Paulo: Summus, 2002.

GOMES, Joaquim B. B. *Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: O direito como instrumento de transformação social*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GOMES, Nilma Lino. A Questão Racial na Escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/2003. In: MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU, Vera Maria (Orgs.) *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas*. Petrópolis: Vozes, 2008.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade e currículo. In: MOREIRA, Antônio F. Barbosa; CANDAU, Vera Maria. *Indagações sobre o currículo: currículo, conhecimento e cultura*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag4.pdf>>. Acesso em: 09 fev. 2019.

GOMES, Nilma Lino. Educação e diversidade cultural: refletindo sobre as diferentes presenças na escola. In: *Superando o racismo na escola*. 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2019.

GOMES, Nilma Lino. Educação e diversidade étnico-cultural. In: NOGUEIRA, Marise et al. *Diversidade na educação reflexões e experiências*. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2003.

GOMES, Nilma Lino. Relações Étnico-raciais, Educação e Descolonização dos Currículos. *Revista Currículo Sem Fronteira*, v. 12, n. 1, p. 98-109, 2012. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/art_v12_n1.htm>. Acesso em: 15 de out. 2019.

GONÇALVES, Luciane Ribeiro Dias. Currículo Multicultural e Educação Étnico-Racial: proposta de narrativa racial. In: PAULA, Benjamin Xavier de (Org.). *Educação, história e cultura da África e Afro-Brasileira*. Franca: Ribeirão; Uberlândia: PROEX/UFU, 2008.

GUIMARÃES, Marcelo Rezende. *Um Novo Mundo é Possível*. São Leopoldo: Sinodal, 2004.

HEERDT, Mauri Luiz; COPPI, Paulo de. *Como Educar Hoje? Reflexões e propostas para uma educação integral*. São Paulo: Mundo e Missão, 2003.

JUNQUEIRA, Sérgio R. A.; RODRIGUES, Edile Maria Fracaro; RAU, Débora Toniolo. História Geografia e Ensino Religioso: Uma proposta integrada. *Diálogo Educacional*. Curitiba, v. 7, n. 20, p. 143-165, 2007. Disponível em: <redalyc.org/pdf/1891/189116807013>. Acesso em: 15 mai. 2019.

KARNAL, L. (Org.). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

KLEIN, Remí. Ensino Religioso: expectativas e perspectivas discentes em formação docente. *Revista Pistis Praxis*, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 253-267, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/pistispraxis/issue/view/965>>. Acesso em: 20 set. 2019.

LARAIA, Roque B. *Cultura: um conceito antropológico*. 24 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1994.

LODY, Raul. *Candomblé: religião e resistência cultural*. São Paulo: Ática, 1987.

MACLAREN, Peter. *Multiculturalismo revolucionário*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

MANDELA, Nelson. *Um longo caminho para a liberdade*. Lisboa: Planeta, 2012.

MARIANO, Ricardo. Análise Sociológica do Crescimento Pentecostal no Brasil. *Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, a. 43, n. 119, p. 11-36, 2011. Disponível em: <<http://faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/issue/view/413>>. Acesso em: 18 ago. 2019.

MARTELLI, Stefano. *A Religião na Sociedade Pós-moderna: entre secularização e de secularização*. São Paulo: Paulinas, 1995.

MELO, Emerson. *Da natureza afro-religiosa: a (re)significação espacial dos terreiros de candomblé em São Paulo*. São Paulo: Monografia apresentada ao Departamento de Geografia da PUC-SP, 2007. p. 55-70. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/ultimoandar/download/ultimo_andar_16.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília/DF, SEPPPIR, 2004.

MUNANGA, Kabengele (Org.). *Superando o Racismo nas escolas*. 2 ed. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MURINELLI, Gláucia R. História afro-brasileira nos livros didáticos: um estudo a partir da Lei Federal 10.639/03. In: VIII Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas. *Anais...* Londrina: UEL, 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/sepech/sumarios/temas.html>>. Acesso em: 13 set. 2019.

OLIVEIRA, José Henrique Motta de. *Das macumbas à umbanda: uma análise histórica da construção de uma religião brasileira*. Limeira: Conhecimento, 2008.

OLIVEIRA, Rachel. *Tramas da cor enfrentando o preconceito no dia-a-dia escolar*. São Paulo: Selo Negro, 2005.

ORIÁ, Ricardo. Memória e ensino de História. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). *O saber histórico na sala de aula*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1998.

ORTIZ, Renato. *A morte branca do feiticeiro negro: umbanda e sociedade brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

PEREIRA, Anabela. *Educação Multicultural: teorias e práticas*. Porto: ASA, 2004.

PEREIRA, Luciano Meneguetti. Educação em direitos humanos: a necessidade de uma cultura de respeito à liberdade religiosa na América Latina. *Revista Fides*, Natal. v. 8, n. 1, p. 49-73, 2017. Disponível em: <<http://www.revistafides.ufrn.br/index.php/br/article/view/297>>. Acesso em: 11 out. 2019.

PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro (Orgs.). *Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PINHO, Rodrigo César Rebello. *Teoria geral da constituição e direitos fundamentais*. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

PORFÍRIO, Francisco. *Diferença entre o candomblé e a umbanda*. Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilescola.uol.com.br/religiao/diferenca-entre-candomble-umbanda.htm>>. Acesso em 10 mar. 2020.

PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos Orixás*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PRANDI, Reginaldo. *Os candomblés de São Paulo: A velha magia na metrópole nova*. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1991.

SANTOS, Isabel Aparecida. A responsabilidade da escola na eliminação do preconceito racial: alguns caminhos. In: CAVALLEIRO, Eliane. *Racismo e Antirracismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Summus, 2001.

SANTOS, L. F. dos. *As religiões de matriz africana para além dos cultos e rituais*. In: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA REGIONAL E LOCAL, Santo Antônio de Jesus, 2015.

SAVIANI, D. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1980.

SCHMIDT, M. A.; CAINELLI, M. *Ensinar história*. São Paulo: Scipione, 2009.

SILVA, Carolina Gavioli Silva; COSTA, Maria de Oliveira Barra. *Quem vem lá – Documentário*. Juiz de Fora, 2013. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/facom/files/2013/11/MONOGRRAFIA-PRONTA.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2019.

SILVA, Eliane Moura. Religião, diversidade e valores culturais: Conceitos teóricos e a educação para a cidadania. *Revista de estudo da religião*, n. 2, p. 9, 2004. Disponível em: <https://www.pucsp.br/rever/rv2_2004/p_silva.pdf>. Acesso em: 20 set. 2019.

SILVA, M. C. V. O entendimento da sala de aula como espaço de vivência multicultural. In: *Midterm Conference Europe, Critical Education & Emergent Prespective for the 21 Century*. Lisboa, 2003.

SOUSA, Neuza Santos. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

SOUZA, Leal de. *O espiritismo, a magia e as sete linhas da umbanda*. Rio de Janeiro, 1933.

TAYLOR, Charles. *Multiculturalismo*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

TURNER, Victor. *Floresta de Símbolos: Aspectos do Ritual Ndembu*. Trad. Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto. Rio de Janeiro: UFF, 2005.

VELOSO, Eurico dos Santos. *Fundamentos filosóficos dos valores no ensino religioso*. Petrópolis: Vozes, 2000.

VIANNA, Marielle S. Diversidade religiosa no contexto escolar. *Revista da Católica*, v. 3, n. 5, p. 01-10, 2011. Disponível em: <<http://catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/artigosv3n5/artigo01.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2018.

WILLEMANN, Estela; LIMA, Guiomar de. O preconceito e a discriminação racial nas religiões de matriz africana no Brasil. *Revista UNIABEU*, v. 3, n. 5, 2010. Disponível em: <<https://revista.uniabeu.edu.br/index.php/RU/article/view/60>>. Acesso em: 20 nov. 2018.



APÊNDICE**QUESTIONÁRIO APLICADO****FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS**

1) Data do preenchimento do questionário ____/____/____

2) Cor autodeclarada:

- Branca
- Parda
- Preta
- Amarelo
- Indígena

3) Qual a sua religião?

- Católica
- Protestante
- Espírita
- Umbanda
- Candomblé
- Sem religião
- outras religiosidades. Qual _____

4) Há quanto tempo trabalha como professor de História? _____

5) Você conhece a Lei 10639/03?

- Sim Não

6) Você já participou de alguma formação sobre a Lei 10639/03?

- Sim Não

7) Você acha que existe o preconceito religioso dentro do ambiente escolar?

- Sim Não

Sobre qual religião? _____

8) Você considera importante a aplicação da religiosidade africana ou afro-brasileira na disciplina de História?

- Sim Não

Por que?

9) Você considera o Candomblé e a Umbanda como uma religião?

- Sim Não

Por que?

10) De que forma você introduz em sala de aula o ensino sobre religiões de matriz africana? Dê exemplos.

11) Você já programou algum tipo de visita aos locais históricos das religiões de matriz africana? Comente.

12) Você programaria algum tipo de visita aos locais históricos das religiões de matriz africana? Comente.

13) Que tipo de dinâmicas usou em sala de aula para promover o ensino sobre religiões de matriz africana? Dê exemplos.

14) Você já usou algum tipo de filme ou documentário para trabalhar o tema das religiões afro em sua aula?

() Sim () Não
Se sim, qual(s)?



15) Você poderia narrar algum caso que tenha ouvido ou presenciado na escola ou na cidade que envolvesse discriminação em relação às religiões afro?

